



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CAMPUS DO SERTÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO SEMIÁRIDO**



ALANNA SHIRLEY DE MELO ALVES

A CONSTRUÇÃO IMAGÉTICA DA REGIÃO NORDESTE

**Delmiro Gouveia – AL
2018**

ALANNA SHIRLEY DE MELO ALVES

A CONSTRUÇÃO IMAGÉTICA DA REGIÃO NORDESTE

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Educação no Semiárido da Universidade Federal de Alagoas em atendimento às exigências para obtenção de Especialista em Educação no Semiárido.

Orientador: Prof^o Msc. Leônidas de Santana Marques

Delmiro Gouveia – AL
2018

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Larissa Carla dos Prazeres Leobino – CRB-4 2169

A474c Alves, Alanna Shirley de Melo

A construção imagética da região Nordeste / Alanna Shirley de
Melo Alves. – 2018.
60 f. : il.

Orientação: Prof. Me. Leônidas de Santana Marques.
Monografia (Especialização em Educação no Semiárido) –
Universidade Federal de Alagoas. Delmiro Gouveia, 2018.

1. Nordeste. 2. Semiárido. 3. Estereótipo. I. Título.

CDU: 3(812/813)

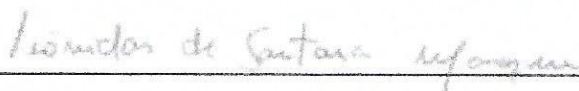
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO – DELMIRO GOUVEIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM *EDUCAÇÃO NO SEMIÁRIDO*

A CONSTRUÇÃO IMAGÉTICA DA REGIÃO NORDESTE

ALANNA SHIRLEY DE MELO ALVES

Monografia submetida à banca examinadora no Curso de Especialização em *Educação no Semiárido* da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão/Delmiro Gouveia/AL e aprovada no dia 30 de agosto de 2018.

Banca Examinadora:



Prof. MSc. Leônidas de Santana Marques - Orientador



Prof. Dr. Lucas Gama Lima – Examinador 1



Prof. MSc. Ricardo Santos de Almeida – Examinador 2

AGRADECIMENTOS

A Lorax pela inspiração;

Ao Professor Jonas Duarte da UFPB por dar vida e palavras a esses questionamentos;

Ao Centro de Convivência com o Semiárido por proporcionar encontros/seminários instigadores sobre a Convivência no Semiárido;

As ticas Suelen e Jane pelos almoços dos sábados;

A Ab'Sáber, Malvezzi, Albuquerque Júnior, Manoel Correia de Andrade, Francisco de Oliveira, Celso Furtado, Tânia Bacelar, dentre outros, pela ajuda bibliográfica; e, José da Silva, pelo apoio.

Namastê a todos!

*“A menos que você não se importe de montão, nada vai
melhorar, não vai não.”*

Dr. Seuss

RESUMO

Esse trabalho busca analisar como se dá a construção da identidade nordestina, numa sociedade em que a imagem social da Região Nordeste, é comumente atrelada ao retrato da seca, da pobreza, miséria e fome como se, de fato, fosse um fato imutável. Retrato construído a partir de uma imagem hipotética sobre a região, onde os autores desconhecem a realidade semiárida, por imaginarem que o Nordeste é somente aridez. Em consequência desse estereotipo, a mídia seja ela literária, jornalística ou televisiva se apropriam de personagens caricatos e folclóricos, determinando em suas construções que essa é a representação real do Nordeste, através de um discurso repetitivo, grosseiro e estereotipado. As discussões teóricas se deram a partir da participação de pensadores que estudam a história e (re)construção da Região, como Manoel Correia de Andrade (1993, 2001), Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2007, 2011), Roberto Malvezzi (2007), Francisco de Oliveira (1991), Celso Furtado (1959), dentre outros teóricos que de alguma forma contribuíram para esse trabalho, ajudando a evidenciar as relações de poder que a política, sob a ótica governamental, acarretam prejuízos econômico-sociais para a população nordestina que reside no Semiárido., uma vez que essas políticas públicas quando mal empregadas tendem a beneficiar quase que apenas a elite social, e assim não contribuem, de maneira eficaz, para mitigar os problemas da maioria da população que ainda sofre com os efeitos dessa má gestão administrativa. Assim, as desigualdades provenientes da problemática político-administrativa, ressaltam as diferenças sociais entre as regiões brasileiras que justificam a criação de estereótipos caricatos da população nordestina, especialmente aquela que vive no Semiárido, e, desse modo, contribui para a uma possível xenofobia territorial.

Palavras-chave: Nordeste. Semiárido. Estereótipo.

ABSTRACT

This work seeks to analyze how the construction of Northeastern identity takes place, in a society in which the social image of the Northeast Region is commonly linked to the picture of drought, poverty, misery and hunger as if, in fact, it was an immutable fact. Portrait constructed from a hypothetical image about the region, where the authors are unaware of the semi-arid reality, because they imagine that the Northeast is only aridity. As a consequence of this stereotype, the media, be it literary, journalistic or television, appropriate caricatures and folkloric characters, determining in their constructions that this is the real representation of the Northeast, through a repetitive, coarse and stereotyped discourse. The theoretical discussions were based on the participation of thinkers who study the history and (re) construction of the Region, such as Manoel Correia de Andrade (1993, 2001), Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2007, 2011), Roberto Malvezzi (2007), Francisco de Oliveira (1991), Celso Furtado (1959), among other theorists who somehow contributed to this work, helping to show the power relations that politics, from a governmental perspective, cause economic and social population residing in the Semi-Arid. Given that the public policies employed since the 1930s have benefited almost exclusively the social elite, and thus do not effectively contribute to alleviating the problems of the majority of the population which is further undermined by the effects of policy mismanagement public policies. Thus, inequalities arising from the political-administrative problematic point to the social differences between Brazilian regions that justify the creation of caricature stereotypes of the Northeastern population, especially those living in the semi-arid region, and thus contributes to territorial xenophobia.

Keywords: Northeast. Preconception. Stereotype.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa Político da Região Nordeste.....	13
Figura 2 - Diferenças espaciais da região Nordeste	15
Figura 3 - Delimitação do Semiárido	21
Figura 4 - Capa dos livros Nordeste, Vidas Secas e A Beata Maria do Egito	42
Figura 5 - Imagens de Senhora do Destino (2004)	43
Figura 6 - Imagens de Roque Santeiro (1985)	44
Figura 7 - Protagonista e antagonista de Tieta (1989).....	45
Figura 8 - Imagens de Gabriela (1975 e 2012).....	45
Figura 9 - Imagens de Roque Santeiro (1985)	46
Figura 10 - Cheias de Charme (2012).....	47
Figura 11 - Imagens do filme Eu, Tú e Eles de (2000).....	47
Figura 12 - Imagens do filme Que hora ela volta.....	48
Figura 13 - Reportagem da Record - Conheça o “pernambucês” e fique por dentro das gírias do Nordeste. (2018)	48
Figura 14 - Reportagens da Rede Globo de Televisão sobre o Nordeste	49
Figura 15 - Pesquisa no Goggle: Nordeste brasileiro (Primeira metade da tela)	50
Figura 16 - Pesquisa no Goggle: Nordeste brasileiro (Segunda metade da tela)	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 NORDESTE: ASPECTOS FÍSICOS E REGIONALIZAÇÃO	13
1.1 Aspectos físicos da Região Nordeste.....	16
1.2 O Semiárido Nordestino	20
1.3 Regionalização do Nordeste Segundo M.C. de Andrade	22
2 A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO NORDESTE BRASILEIRO	24
2.1 Desigualdade e exclusão: A estrutura socioeconômica do Nordeste.....	26
2.2 O Nordeste e a indústria da seca.....	28
2.3 Políticas de combate à seca: DNOCS, SUDENE, CODEVASF e transposição do Rio São Francisco	30
3 NORDESTE: COMBATE A VISÃO ESTEREOTIPADA SOBRE A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO.....	36
3.1 A imagem da Região Nordeste retratada na literatura	39
3.2 A representação do Nordeste através da ficção literária e jornalística ...	42
3.3 A difícil tarefa de reinventar o Nordeste.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

A história do nordeste brasileiro, de acordo com pesquisas livres na internet - buscador do google, está dividida entre duas realidades antagônicas, a presente nas formosas de praias do litoral nordestino e a riqueza que a exploração das matas existentes nessas áreas podem proporcionar para a indústria e o turismo. Do outro lado, surge uma outra realidade através das características climatológicas do Semiárido proporcionam a imagem de um cenário ideal para que a criação de um cenário sobre a ocorrência de desigualdades socioeconômicas, em decorrência da dificuldade de acesso à água, visto que não há a oferta natural de fontes de acúmulo de água e que atendam à demanda da população, caracterizando assim toda a Região Nordeste como uma região de seca.

Contudo, essa dualidade imagética que não é fato, mas um fake, se dá devido ao cenário socioeconômico que pode ser melhorado de acordo com o volume de investimentos em políticas públicas e investimentos em engenharia que transforme a paisagem através do uso da técnica.

De fato, a Região Nordeste possui irregularidades de chuvas, porém o Nordeste brasileiro, não é apenas definido de acordo com suas características físicas, sendo estas a distribuição geomorfológica e clima associados (MALVEZZI, 2007). É preciso momentaneamente desassociar o Nordeste do Semiárido, para entender que o Semiárido está no Nordeste, mas o Nordeste vai além do Semiárido, e que a Região Semiárida tem suas particularidades e peculiaridades, mas não é só aridez e seca, mas que o Semiárido é também a soma dos componentes sociais e a ação da própria sociedade no ambiente. Entretanto, a soma do bioma, além do clima, fazem com que a identidade do residente do Semiárido brasileiro possua mais características de identidades, em decorrência dos aspectos naturais marcantes da região.

São as características marcantes da Região Nordeste, associadas às poucas medidas implementadas em busca da diminuição das desigualdades sociais e econômicas que reproduzem uma imagem de pauperismo associada à Região. Não se pode negar que o Nordeste brasileiro possui deficiências sociais e econômicas no

atendimento de sua população, onde cerca de 28% do total brasileiro¹, sofre com alguma carência, principalmente em recursos hídricos em determinadas localidades.

Contudo, é preciso entender que nessa região não falta recursos hídricos, ou seja, para o Nordeste não é a falta de água o causador dos problemas, mas a falta de distribuição e armazenamento correta e eficaz desses recursos, e isso se evidencia pelo sertão adentro.

Para amenizar essa carência hídrica e tentar estabelecer meios de combate à seca, a Região Semiárida, que está presente em todos os estados nordestinos, além do estado de Minas Gerais, as Resoluções Nº 107/2017 e nº 115/2017, do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), determinam parâmetros a fim de garantir através de estudos científicos regras para a inclusão de municípios no contexto Semiárido.

A partir disso, esta pesquisa objetiva analisar a maneira como a identidade regional, neste caso específico: a nordestina, pode ser construída em vista a imagem atribuída à Região Nordeste, imagetivamente associada a um Semiárido rotineiramente atribuído a uma imagem de seca, pobreza, miséria e fome tal qual fosse a única imagem possível para a Região, contraposta com a fartura e riqueza da zona litorânea nordestina.

Assim, este estudo está enquadrado como uma pesquisa bibliográfica que, de acordo com o que Gil (2002, p. 41) afirma, “[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”, buscará saberes científicos que, de acordo com Tartuce *apud* Gerhardt & Silveira:

[...] o conhecimento científico exige demonstrações, submete-se à comprovação, ao teste. O senso comum representa a pedra fundamental do conhecimento humano e estrutura a captação do mundo empírico imediato, para se transformar posteriormente em um conteúdo elaborado que, por intermédio do bom senso, poderá conduzir às soluções de problemas mais complexos e comuns até as formas de solução metodicamente elaboradas e que compõe o proceder científico (GERHARDT & SILVEIRA, 2009, p. 26).

Portanto, a finalidade centrar-se-á em estabelecer a relação entre como as condições apresentadas na Região Nordeste levam ao entendimento amplo e que,

¹ IBGE 2010.

de maneira geral, coloca-se de maneira errônea frente às adversidades encontradas na região e retratadas de maneira subliminar e pejorativa quando de se trata de descrever os aspectos naturais e sociais de toda uma Região.

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, que, de acordo com Deslauriers *apud* Gerhardt & Silveira (2009, p. 32), “[...] o objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações”, também, será realizado no primeiro momento, através da técnica de pesquisa bibliográfica que, para Gil (2002, p.44), “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, além de uma pesquisa documental através das legislação federal, que o autor afirma ser:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes/Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2002, p. 46).

A legislação se refere aos documentos, resoluções, emitidos pela SUDENE e o Ministério da Integração, que de acordo com esses órgãos são baseados em estudos científicos rigorosamente verificados por essas autarquias, estabelecem os perímetros do Semiárido e, com base nesses documentos, busca-se entender o agravamento da questão climática no Nordeste.

Sabendo disso, este estudo está dividido em três capítulos que apresentam os aspectos relacionados à Região Nordeste, em especial à área ocupada pelo Semiárido, a maioria do território usado como foco deste estudo. Assim, no primeiro capítulo - Nordeste: aspectos físicos e regionalização, são tratadas as particularidades da região nordeste relativas aos aspectos naturais da paisagem, além de aspectos políticos da extensão territorial do Semiárido. Ao final do capítulo, há a valorosa contribuição de Andrade para a determinação da regionalização do sujeito nordestino.

No segundo capítulo - A formação territorial do nordeste brasileiro, os aspectos políticos são encontrados na discussão que leva às questões sociais e de políticas públicas adotadas para a mitigação das diferenças sociais apresentadas ao

longo das últimas décadas, especialmente para as políticas públicas criadas a partir da década de 1950 com a criação de autarquias e programas que visavam diminuir as desigualdades econômico-sociais em relação aos outros estados e regiões brasileiras, tais como a SUDENE, o DNOCS e a transposição do Rio São Francisco.

O último capítulo - Nordeste: combate a visão estereotipada sobre a convivência com o semiárido, será tratada a questão da maneira pejorativa como o nordestino é tratado em meios de comunicação e entretenimento no Brasil e como a forma deturpada que um povo pode ser tratado influencia no modo como uma geração passa a enxergar seus compatriotas, visto que essa forma de estereotipar uma parte da sociedade pode ser aplicada, inclusive, para outras regiões, entretanto, não se trata do foco desta pesquisa analisar a conjuntura social brasileira.

Ao final, é apresentada as Considerações Finais deste estudo que, a partir das perspectivas de cada leitor, este poderá agregar suas experiências pessoais, pois a realidade física, tanto para os aspectos naturais apresentados pela região, assim como os fatos históricos apresentados não podem ser contestados, entretanto a significação social para o povo nordestino, em vista às desigualdades sociais alimentadas pela ignorância e perpetuação de estereótipos, ainda no século XXI, que desalenta uma parte da população e distancia povos de uma mesma nação.

1 NORDESTE: ASPECTOS FÍSICOS E REGIONALIZAÇÃO

Manoel Correia de Andrade (1963) e Ab'Sáber (2007), em suas obras, nos levam a perceber que a Região Nordeste é a área de colonização mais antiga do país, tendo como característica mais predominante a seca, que é provocada por muitos fatores, sendo um dos principais, a sua localização geográfica, uma vez que a Região fica na zona intertropical do planeta. De acordo com Vieira (2008), a Região Nordeste representa um pouco mais de 18% do território brasileiro, com cerca de 28% da população nacional e obtêm a terceira maior densidade demográfica do país, com mais de 30 habitantes por km². É uma região de temperatura muito elevada, e com precipitações que não são bem distribuídas no decorrer do ano”. Na Figura 1, o mapa político da Região Nordeste.

Figura 1 - Mapa Político da Região Nordeste



Fonte: EMBRAPA, 2017.

A partir da Resolução 115/2017-SDN e o Ministério da Integração, a Região Nordeste do Brasil, e estende-se por 1,03 milhão de km² (12% da área do País), estando dividida em nove Estados nordestinos mais o Estado de Minas Gerais, como pode ser vista na Figura 3. Ab'Sáber (2003) *apud* Silva *et al.* (2016) diz que “o

Nordeste é uma região de clima Semiárido, muito quente e sazonalmente seco, com variações no ciclo das águas, [...]”. Silva (2016) afirma, ainda, que a principal característica da Região Nordeste está relacionada aos prolongados períodos de carência de chuvas, essenciais para o abastecimento hídrico dos mananciais e bacias nordestinas.

Para Ab’Sáber,

O Nordeste Semiárido é uma região de velha ocupação, baseada no pastoreio extensivo. Possui sertanejos vinculados à vida nas caatingas e camponeses típicos amarrados à utilização das ribeiras e dos ‘brejos’. É uma área de forte fertilidade humana e de acentuadas e generalizadas pressões demográficas, cujo destino tem sido o de fornecer homens para as mais variadas áreas e experiências de utilização econômica do solo existentes no país (AB’SÁBER, 2003, p. 16).

Devido sua grande extensão, a Região Nordeste é formada geograficamente por subáreas: o meio norte; o sertão; o agreste; e a zona da mata. Brasil (2011) e IPEA² (2013) *apud* Silva *et al.* (2016) afirmam que:

O Nordeste do Brasil é formado por quatro regiões bem específicas: Meio Norte, Sertão, Agreste e Zona da Mata. Também apresenta um espaço geográfico único, constituído pelo Semiárido que estende-se por oito dos nove Estados presentes na região, entre eles: Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Piauí (SILVA *et al.*, 2016, p. 246).

Assim, de acordo com o ressaltado por Silva *et al.* (2016), como característica predominante, o Semiárido se destaca dentro da distribuição geográfica devido a sua grandiosa extensão que alcança a maioria dos estados nordestinos.

Ainda, para Silva *et al.* (2016) e EMBRAPA³ (2018), o agreste nordestino é uma sub-região onde o solo é essencialmente pedregoso, de vegetação rala e pequena, onde, nas áreas mais altas, ocorre uma maior umidade, com terrenos mais férteis, os quais são ocupados por minifúndios, em que se predominam as

² O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é uma fundação, pública, que está vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão onde sua principal atividade está relacionada às pesquisas que fornecem suporte ao Governo Federal em formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social no Brasil.

³ A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária é uma empresa pública vinculada ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Fundada em 1973, suas ações estão voltadas para a formulação e implementação de políticas públicas com base em pesquisas de desenvolvimento tecnológico fazendo parceria com o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA).

culturas de subsistência e a pecuária leiteira. Enquanto, o sertão é uma sub-região que apresenta solo raso e pedregoso, onde a chuva é escassa e mal distribuída, dificultando, assim, a utilização desses solos para atividades agrícolas; nessa sub-região, a caatinga é a vegetação predominante. Já a zona da mata, que abrange desde o litoral do Rio Grande do Norte até o Estado da Bahia, é a sub-região mais povoada e, conseqüentemente, mais urbanizada do Nordeste, onde o clima é tropical úmido. Tem um índice de chuvas frequente, com um solo fértil, onde a vegetação natural é a mata atlântica.

A sub-região denominada de meio norte é uma área que ocupa o Maranhão e o oeste e sul do Piauí; apresentando clima úmido e vegetação exuberante, tem como vegetação predominante a mata dos cocais, sendo uma área importante para o desenvolvimento econômico da região devido a sua vegetação que apresenta abundância em palmeiras de babaçu e coqueiros de carnaúba, espécies vegetais extremamente importantes fontes de exploração econômica provenientes do extrativismo vegetal e que fornecem matéria prima para diversas indústrias, permeando de indústria de cosméticos à alimentícia .

Na Figura 2, a seguir, o mapa mostra a delimitação das sub-regiões nordestinas.

Figura 2 - Diferenças espaciais da região Nordeste



Fonte: IESDE Brasil S.A., 2009.

Destarte, assim como afirma Aziz Ab'Sáber (2003), a magnitude do território brasileiro, em vista à quantidade e qualidade em paisagens apresentadas, se

confirma com a constatação de elementos presentes no semiárido que aportam a economia. Esse reconhecimento do domínio paisagístico é conhecido como domínio das depressões interplanálticas do Semiárido do Nordeste, apresentando grande fertilidade humana, porém com uma estrutura agrária difícil de lidar, devido às características climáticas e vegetais apresentadas, o que torna a região uma área socialmente vulnerável.

1.1 Aspectos físicos da Região Nordeste

Abordar as questões climáticas da Região Nordeste, é ingressar em um universo cheio de belezas e paradoxos. É uma região cujo clima está sempre sujeito as intempéries climáticas, onde, na maior parte do tempo, há a escassez de chuvas devido a um clima marcado pela vulnerabilidade.

O Nordeste brasileiro tem a maior parte de sua área localizada no Semiárido. Lucena (2010, p. 324) diz que “internacionalmente para se caracterizar uma Região Semiárida, foi definido um Índice de Aridez (IA), com base entre a evapotranspiração e a precipitação e potencial e considerando a água que evaporaria se houvesse água e vegetação o ano todo.” O autor (Ibid., p. 324), fala ainda que “nas Regiões Semiáridas do mundo esse índice fica entre 0,21 e 0,50. No Semiárido Nordestino, este valor é de 0,35”. Para ele, levar em conta somente esse índice é insuficiente, sendo necessário considerar, ainda, outros fatores como “[...] o começo da estação úmida, que é incerto, e a concentração da precipitação, que chega a 95% durante a estação chuvosa e é muito variável de um ano para outro” (LUCENA, 2010, p. 324).

Segundo Correia *et al.*,

Observa-se que, no litoral leste, as chuvas são superiores a 1.000 mm e, à medida que se vai adentrando para o interior da região, atravessando o Agreste e se dirigindo para o Sertão, as precipitações diminuem e alcançam valores médios inferiores a 500 mm anuais (CORREIA *et al.*, 2011, p. 23).

Desse modo, Correia *et al.* (2011) e Ab’Sáber (2003) retratam a difícil circunstância da irregularidade de chuvas no Semiárido, além da escassez que pode perdurar meses e, assim, onerar a qualidade de vida dos habitantes do Semiárido e, ainda, prejudicar a economia da região no que concerne à dificuldade de acesso aos

recursos hídricos, em vista que quanto mais se adentra na região, apresenta-se uma maior chance de haver baixa precipitação de chuvas.

Destarte, no semiárido,

O domínio da Caatinga apresenta uma forte irregularidade climática, apresentando os valores meteorológicos mais extremos do país: a mais forte insolação, a mais baixa nebulosidade, as mais altas médias térmicas entre 25° e 30° C, as mais elevadas taxas de evaporação e, sobretudo, os mais baixos índices pluviométricos, em torno de 500 a 700 mm anuais, com grande variabilidade espacial e temporal (LOIOLA; ROQUE; OLIVEIRA, 2012, p. 14).

Justamente a irregularidade climática apresentada na extensão que a Caatinga toma dentro do Semiárido, por ser impactante devido aos efeitos extremos, que chama a atenção para a situação existente na localidade.

Malvezzi (2007, p. 10), afirma que na Região Nordeste “há déficit hídrico, mas essa expressão não significa falta de chuva ou de água”. Complementando o pensamento, Lucena ainda ressalta que

[...] o problema está na distribuição pluviométrica, cuja concentração em apenas dois a quatro meses no ano, associada aos elevados índices de evaporação tornam ineficientes os sistemas de armazenamento superficial de água como também sua disponibilidade para as plantas via solo. No período úmido, as chuvas apresentam elevada intensidade que associada ao significativo escoamento superficial contribuem acentuadamente para reduzir o aproveitamento da água caída. Essa situação de baixa efetividade da chuva associada com a reduzida capacidade de armazenamento de água no solo coincide com os meses mais secos e de temperaturas elevadas. Estas condições determinam a quantidade e o tipo de vegetação que tem condições de viver nesta zona ambiental (LUCENA, 2010, p. 324).

Desse modo, a irregularidade climática apontada por Correia *et al.* (2011) e Ab'Sáber (2003), principalmente no que se refere à precipitação no Semiárido, não representa que esta região seja desprovida de chuvas. Apenas, a incidência de chuvas irregulares, tanto para distribuição territorial quanto para o volume apresentado, tornando assim, as condições climáticas como desfavoráveis, principalmente para as áreas que não possuem abastecimento natural de água, carecendo assim de intervenção e apoio político governamental.

Marengo (2006) *apud* Correia *et al.* (2011, p. 22), apresenta que “[...] o Semiárido brasileiro sempre foi acometido de grandes eventos extremos de secas, contudo, não é rara a ocorrência de grandes enchentes”. Para Correia *et al.*, a precipitação pluviométrica da Região Semiárida “[...] é marcada pela variabilidade espaço-temporal, que, associada aos baixos totais anuais sobre a região, resulta na frequente ocorrência de dias sem chuva, ou seja, veranicos, e conseqüentemente, em eventos de “seca” (2011, p. 22). Ainda, de acordo com Ab’Sáber, a Região Nordeste é uma

Área de fraca decomposição de rochas, com mantos de alteração que variam de 0 a 3 m, via de regra. Cabeços de rochas, lajedos e ‘mares de pedra’ aflorando às vezes no meio das caatingas mais rústicas [...]. ‘Malhadas’ de chão pedregoso, localizadas. Presença de vertissolos e eventuais aridissolos, ao longo das planuras onduladas sertanejas por grandes extensões (AB’SÁBER, 2003, p. 14-15).

De acordo com Lucena (2010, p. 330), de modo geral, na Região Nordeste “os solos são rasos, fortemente ácidos e de baixa fertilidade natural. [...] Este solo com muitas pedras e raso dificilmente armazena a água que cai no período das chuvas”. Para o autor, a geologia da Região Semiárida é:

[...] bastante variável, porém com predomínio de rochas cristalinas, seguidas de áreas sedimentares e em menor proporção encontram-se áreas de cristalino com uma cobertura pouco espessa de sedimentos arenosos ou areno-argilosos. Em consequência da diversidade de material de origem, de relevo e da intensidade de aridez do clima, verifica-se a ocorrência de diversas classes de solo no semiárido, os quais se apresentam em grandes extensões de solos jovens e também solos evoluídos e profundos (LUCENA, 2010, p. 325).

Ab’Sáber (2003, p. 16) fala ainda que historicamente a Região Nordeste, “foi uma região sujeita a forte degradação da vegetação e dos solos nas áreas de ‘brejos’ de encostas e de cimeiras onduladas, com acelerada e contínua diminuição de seu rendimento agrário”. Em decorrência disso “apresenta eventuais casos de desertificação antrópica, em setores muito locais de colinas sertanejas sujeitas a agressiva dessoalagem [...] Tem havido aumento na pedregosidade do solo e de formação de novas malhadas estéreis”. Daí a indigência de soluções por meio de transformações comportamentais relativas ao meio ambiental e sua preservação.

Correia *et al.* (2011, p. 28) diz que “o relevo da região é muito variável, o que contribui para o elevado número mencionado de grandes unidades de paisagem”. Para os autores,

Topograficamente, a região caracteriza-se por apresentar relevo plano a ondulado, com vales muito abertos, pela menor resistência à erosão dos xistos e outras rochas de baixo grau de metamorfismo, onde sobressaem formas abauladas esculpidas em rochas graníticas, gnáissicas e outros tipos de alto metamorfismo” (CORREIA, *et al.*, 2011, p. 28).

Sobre a hidrografia apresentada na Região Nordeste, “os recursos hídricos de superfície têm como principais representantes os rios São Francisco, Parnaíba, Paraguaçu e Contas” (LUCENA, 2010, p. 325). Poeticamente Malvezzi diz que:

Não é possível falar do Semiárido sem falar do rio São Francisco. Com aproximadamente 2.700 quilômetros de comprimento, ele nasce na serra da Canastra (MG) para desaguar no mar entre Alagoas e Sergipe. E o único grande rio exclusivamente brasileiro. Tem ainda a característica simbólica de nascer no Sul e correr para o Norte. E a artéria do Semiárido brasileiro. Ao longo de sua calha habitam aproximadamente 10 milhões de pessoas (MALVEZZI, 2007, p. 35).

Ainda, a importância do rio São Francisco é vista em sua vasta extensão que adentra na Região Nordeste e abastece boa parte da população nordestina. Sua relevância deve-se às questões econômicas e sociais associadas à sobrevivência da população local.

Fazem parte da vegetação da Região Nordeste a Mata Atlântica, que é um ecossistema que se estende desde a região do Rio Grande do Norte até o sul do país. É uma das áreas de maior diversidade de seres vivos do planeta, e a floresta amazônica, que está localizada em uma área de transição entre o Nordeste e a Região Amazônica (LUCENA, 2010). Em relação ao Cerrado, Lucena (*Ibid.*) aponta que esse bioma se localiza entre as regiões à oeste do estado da Bahia e à porção sul dos estados do Maranhão e Piauí. E, a Caatinga, que se dá em sua maior extensão, sendo essa um bioma único, ou seja, encontrado, somente, na Região Nordeste.

Nas últimas décadas, essa região vem passando por muitas transformações decorrentes da exploração e degradação ambiental. Araújo *et al.* (2005) *apud* Loiola, Roque e Oliveira (2012), dizem que, associados à heterogeneidade do relevo, solo e

clima, dominam na área Semiárida dois tipos fisionômicos de vegetação que são as não florestais e as florestais; as quais variam quanto a característica de perda suas folhas, a depender da estação do ano. Para Roberto Malvezzi,

A cobertura vegetal do Semiárido e a Caatinga. No período chuvoso ela fica verde e florida. Abriga uma das maiores biodiversidades brasileiras de insetos, inclusive a abelha, o que a torna muito favorável para a produção de mel. Entretanto, no período normal de estiagem, ela hiberna, fica seca, adquire uma aparência parda; daí o nome caatinga, expressão indígena que quer dizer “mata branca”. Mas não está morta (MALVEZZI, 2007, p. 10).

De acordo com Lucena (2010, p. 239), “A Caatinga ocupa cerca de 8,62% do território brasileiro e mais de 70% da Região Nordeste”. Para Silva *et al.* (2016), a caatinga é um bioma exclusivamente brasileiro, mas não apenas nordestino, pois pode ser encontrado, também, no estado de Minas Gerais da Região Sudeste brasileira. Lucena (2010, p. 331), ainda, afirma que “Caatinga é um tipo de formação vegetal com características bem definidas: árvores baixas e arbustos espinhosos que, em geral, perdem as folhas na estação das secas (espécies caducifólias), além de muitas cactáceas”. É um ecossistema frágil, porém rico em biodiversidade e endemismo. “A sua vegetação é diversificada de tal forma que os pesquisadores atuais preferem utilizar o plural, ao invés de caatinga, caatingas, a exemplo do que ocorre com sertão/sertões” (SILVA *et al.*, 2016, p. 247).

1.2.0 Semiárido Nordestino

De acordo com Silva *et al.* (2016), o Semiárido brasileiro é uma extensão territorial que apresenta uma alternância de períodos de longos meses de estiagem com períodos chuvosos curtos. Com uma vegetação diferenciada das demais regiões do Brasil, a caatinga.

Dentro da Região Nordeste, mais de 750.000 km², é de predominância Semiárida, o que equivale a mais de 10% do território nacional (AB’SÁBER, 2003) atualizado pela Resolução 115/2017-SDN e SUDENE⁴, onde abriga mais de 27 milhões de pessoas, determinam ainda que o Semiárido Brasileiro passa a ser

⁴ Fundada em 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste é uma autarquia, é uma empresa pública brasileira independente de administração indireta, que atua na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e social nordestino.

composto por 1.262 municípios, dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais.

Para garantir regras para a inclusão dos municípios na Região Semiárida, a Resolução nº 107, de 27 de julho de 2017 estabelece critérios técnicos e científicos para delimitação do Semiárido Brasileiro e procedimentos para revisão de sua abrangência, tais como:

- I - Precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm;
- II - Índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50;
- III - Percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano (SUDENE, 2017).

Desse modo, significa que uma quantidade maior de municípios apresentam as condições extremas apontadas, que leva a compor uma maior área identificada como pertencente ao Semiárido.

A ideia exposta está representada na Figura 3, a seguir, onde podem ser identificados os limites que compunham o semiárido, antes das Resoluções nº 107 e nº 115, identificadas pela linha azul no mapa abaixo.

Figura 3 - Delimitação do Semiárido



Fonte: LAPIS⁵, 2017.

⁵ Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites

Como característica geral, pode-se perceber, de acordo com a imagem, que o aumento se deu no sentido de avanço ao continente. Assim, mais municípios foram acrescentados na nova delimitação, a exemplo de parte do litoral cearense e todo o litoral piauiense que foram inseridos nessa nova conjuntura espacial.

Dessa forma pode-se entender que, além do aumento da área do Semiárido, significa que as características climatológicas de seca se estendem por uma área maior da Região Nordeste, desse modo, os efeitos da seca atingem uma população ainda maior, aumentando a vulnerabilidade dessa região.

1.3 Regionalização do Nordeste Segundo Manoel C. de Andrade

Para Correia de Andrade (1993), a Região Nordeste é compreendida como uma região geográfica, delimitada a partir de um recorte regional, numa abordagem histórica e econômica, onde o autor a descreve de forma descritiva e crítica, demonstrando aspectos fundamentais sobre a ocupação e uso da terra, para com as relações de trabalho no Nordeste brasileiro.

Para o autor, a questão nordestina é, ao mesmo tempo, uma questão regional e nacional; sendo que a questão nordestina foi o ápice, a alcunha pela qual ficou conhecida nacionalmente o caso de extrema miséria e subdesenvolvimento que afligia o Nordeste do país, nas décadas de 1940 a 1960. A obra “O Nordeste e a Questão Regional” é na visão de Rosa Maria Godoy Silveira um:

“[...] clássico na historiografia da e sobre a região, ao qual se seguiria um vasto conjunto de obras cuja elaboração o próprio autor justifica por sua proposta de compreender o processo de diferenciação e desigualdade entre as várias regiões brasileiras, a partir do Nordeste” (SILVEIRA, 2009, p. 32).

Essa afirmativa evidencia-se ao compreender que, para Correia de Andrade (1993), ao estudar um país de grande extensão rural, observa-se a existência de desníveis econômicos, onde, muitas vezes, algumas regiões controlam as atividades industriais por serem detentoras, em sua maioria, da matéria prima; e, as regiões menos desenvolvidas, oferecem a mão de obra mais barata, moradores de uma região seca, onde a miséria é um problema social, assim, integrar a Região Nordeste ao resto do país, torna-se um imperativo para a economia nacional. Com

isso, o autor ressalta que essa situação é uma questão regional e ao mesmo tempo nacional.

Correia de Andrade (1993) faz duras críticas à política nacional; a questão regional, e a falta preparo do Governo Federal para resolver os problemas de falta de água e comida no Nordeste. Questão que não houve êxito, fato evidenciado no período de 1960/64, após derrota das políticas e forças sociais, mesmo com o grande esforço de recuperação da administração nacional; quando, no auge da criação da SUDENE, que infelizmente não gerou êxito administrativo, mas sim, o fracasso político. Uma vez “que o grande problema da mesma não era de ordem climática, como se afirmava, mas de ordem econômica [...]” (ANDRADE, 1993, p.7).

Assim, foi no governo do presidente Kubitschek que, tentando amenizar as pressões políticas da região Sul/Sudeste a respeito da grande imigração dos nordestinos para essas regiões, buscou-se ações voltadas para o empreendimento local (Nordeste) para tirar os nordestinos do atraso econômico e social, na intenção de transformar a economia da região, o Codeno (Conselho de Desenvolvimento do Nordeste) pôs em prática ações para combater a situação de atraso no Nordeste por meio da Operação Nordeste (Openo), com Celso Furtado liderando os esforços do Governo Federal. O Openo foi um diagnóstico sucinto da Região Nordeste, o qual afirmava que o grande problema da seca do Nordeste não estava relacionado a problemas climáticos, mas ao campo econômico, devido ao atraso que a região tinha em relação às outras regiões brasileiras, agregada ao fato de que a economia era planejada a nível nacional que visava ou idealizava fazer com que a região mais pobre subsidiasse o desenvolvimento das regiões economicamente mais desenvolvidas (ANDRADE, 1993), programas que serão melhor abordados no capítulo 2.

Dessa forma, para Correia de Andrade (1993), a questão regional é, antes de tudo, um caso mal resolvido, em decorrência das desigualdades do mercado de trabalho e da terra, concomitantemente enquadradas pelas novas classes dominantes. Portanto, as diferenças regionais são, antes de tudo, um problema do capitalismo, afirmando que a região é, portanto, anterior à questão regional.

2 A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO NORDESTE BRASILEIRO

O entendimento mais comum para a geografia, em relação ao significado de território, está associado à divisão administrativa. À primeira vista, a definição pode parecer simples, contudo, território tem um conceito polissêmico abrangendo, portanto, uma conotação ampla envolvendo campos que permeiam desde relações de poder internas, ou, ainda, entre regiões, estados, países, etc. Entretanto, não se deve reduzir a escala de território, pois este pode ser aplicado de forma mais abrangente quando, de acordo com a definição de Souza:

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN) [...] (SOUZA, 1995, p. 81).

Souza (1995) ressalta ainda que o território, também, pode ser definido de acordo com a escala temporal, pois as mudanças de poder, ocorridas ao longo do tempo, podem se apresentar de maneira cíclica, assim como, o poder pode se manter constante e, desse modo, o território não se modificar.

Para Shishito e Coguetto,

[...] pensar no territorial implica entender que as formas sociais de transformações que ali ocorre não se dá de forma homogênea, e assim como em um exercício de escala a noção de subespaços configura especificidades de regiões, ou seja, frações de espaço dentro de um espaço total (SHISHITO E COGUETO, 2010, p. 3)

Dessa forma, o território é o espaço aonde podem ocorrer relações de poder. Espaço mutável, o território é nada mais que uma construção social. Para Santos (2012), a configuração territorial pode ser definida como o território somados os objetos que existem sobre esse mesmo território, sendo esses mesmos objetos naturais e artificiais. Ou seja, são os elementos que já existem e estão dispostos no espaço geográfico, mais os elementos que foram transformados pela ação humana. Entretanto, “A configuração territorial, todavia, é um todo” (SANTOS, 2012, p. 85), o que representa que as formas geográficas, resultantes da ação da sociedade, são mutáveis e completam o conjunto que molda o espaço territorial.

Para Shishito e Coguetto (2010, p. 4) “a região é moldada pelas imposições objetivas da natureza e da sociedade, e redefinida pelas imposições subjetivas das relações de poder”. Santos (2012) afirma que são as imposições da sociedade, tais como modernização nos modos de produção agrícola e industrial, as responsáveis pela modificação e transfiguração da paisagem dando significância para a área geográfica em função da região, determinada pelas relações de poder que impulsionam essas transformações.

Como visto no capítulo 1, a Região Nordeste foi a primeira área de povoamento, à época do descobrimento. Foi nessa região que por algum tempo se concentrou a maior parte da população do país. Dessa forma, é o espaço territorial de ocupação econômica mais velha do Brasil, portanto, foi na Região Nordeste que teve início a exploração econômica (baseada na economia canavieira) mais intensa do Brasil, enquanto colônia de Portugal, sendo que para Manoel Correia de Andrade “a costa nordestina foi, inegavelmente, a grande extensão litorânea brasileira, a primeira a ser explorada” (CORREIA *et al.*, 2011, p. 65).

Furtado (1962), já afirmava que a Região Nordeste, quando comparada as demais regiões brasileiras, apresenta um alto índice de desigualdade social. E essas desigualdades podem ser observadas historicamente, pois:

O Nordeste constitui a mais extensa dentre as zonas de mais baixo desenvolvimento, ou mais agudamente subdesenvolvidas, de todo o Hemisfério Ocidental. O Nordeste é socialmente mais explosivo que a maioria das regiões subdesenvolvidas. Como modificar o curso do processo histórico que está socavando a unidade deste grande país, ao mesmo tempo que permite a formação dentro de nossas fronteiras, de uma área que poderá vir a constituir um problema para todo o hemisfério? (FURTADO, 1962, p. 60).

Frente a isso, muitos governos buscaram, ao longo do tempo e através de planos e metas, amenizar esse quadro, visando melhorar a estrutura econômica do país. Assim, em 1959, diante de mais uma crise provocada pela falta de estrutura nordestina para resistir a mais uma seca, no governo de Juscelino Kubitschek, deu-se início ao plano de metas criado para ajudar no desenvolvimento regional, e, em 1956, criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), tendo o economista Celso Furtado como um dos principais colaboradores. O plano tinha como objetivo de estudar a região, para então traçar um programa de

desenvolvimento regional, e propor ações e soluções para a superação dos problemas do Nordeste no combate à seca e à miséria.

Apesar de a pobreza ainda ser uma das características mais acentuadas do Nordeste, para Tânia Bacelar,

Nas últimas décadas mudanças importantes remodelaram a realidade econômica nordestina, questionando inclusive visões tradicionalmente consagradas sobre a região. Nordeste região problema, Nordeste da seca e da miséria, Nordeste sempre ávido por verbas públicas, verdadeiro poço sem fundo em que as tradicionais políticas compensatórias de caráter assistencialista só contribuem para consolidar velhas estruturas socioeconômicas e políticas perpetuadoras da miséria... Essas são apenas visões parciais sobre a região nos dias presentes. Revelam parte da verdade sobre a realidade econômica e social nordestina, mas não apreendem os fatos novos dos anos mais recentes. Não refletem a atual e crescente complexidade da realidade econômica regional e não permitem desvendar uma das mais marcantes características do Nordeste atual: a grande diversidade, a crescente heterogeneidade de suas estruturas econômicas (ARAÚJO, 1997, p. 13).

Para Tânia Bacelar (1997, p. 12), o “Estado patrocinou fortemente o crescimento econômico nas diversas regiões brasileiras. No Nordeste, [...] sua presença foi fator fundamental para explicar a intensidade e os rumos do crescimento econômico ocorrido nas últimas décadas”. Contudo, apesar das dificuldades, a Região Nordeste tem apresentado, mesmo com o rigor do domínio político a favor das velhas estruturas econômico-sociais das oligarquias tradicionais da região, um excelente desempenho econômico, talvez por não apresentar uma economia homogênea, variando em virtude dos processos de ocupação humana e econômica, onde, além da intervenção econômica de verbas públicas, industriais e agroindustriais, vem promovendo frentes de expansão econômica para a região (ARAÚJO, 1997).

2.1 Desigualdade e exclusão: A estrutura socioeconômica do Nordeste

Ações para a construção de uma inclusão social onde a descentralização do poder e da renda estejam ao alcance de todos é, para as políticas públicas, teoricamente uma missão, para isso, basta ver o PPA (Plano Plurianual) de

2004/2007, regulamentado através da Lei Federal Nº 10.933/2004, onde a principal orientação estratégica era:

[...] inclusão social e desconcentração de renda com vigoroso crescimento do produto e do emprego; crescimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos, e por elevação da produtividade; redução da vulnerabilidade externa por meio da expansão das atividades competitivas que viabilizam esse crescimento sustentado; e fortalecimento da cidadania e da democracia (BRASIL, 2004).

O PPA para o período 2004/2007, assim como as demais políticas públicas criadas pelo Governo passaram por revisões e avaliação de suas capacidades que resultaram em mudanças nos planos subsequentes. Com visíveis alterações em suas propostas, a versão 2016/2019, implementada pela Lei Federal Nº 13.249/2016, mais simplificada, diz que “a inclusão social tem proporcionado uma condição de vida melhor a uma parcela expressiva da população, a partir do acesso à renda e às oportunidades” (BRASIL, 2015). Contudo, pouco se fala em desconcentração de forma incisiva, a proposta do PPA aborda superficialmente o combate aos problemas socioeconômicos da população mais carentes, ou seja, são políticas públicas e programas sócio emergenciais que quase não fazem menção as relações econômicas da população.

Assim, nas transformações de poder, onde as relações são lentas, é o que se tem percebido, especialmente no Nordeste Semiárido, onde as políticas públicas quase nunca alcançam um potencial de atendimento das necessidades, acarretando problemas relacionados à seca e à fome. Shishito e Coguetto destacam que,

Dentre esses problemas podemos destacar a pobreza da massa trabalhadora, os baixos rendimentos das atividades agrícolas, o domínio político da burguesia agrária-mercantil, a falência dos municípios como o exemplo das capitais que se apresentam como fortes receptores da migração desordenada em função da desorganização da economia regional e dos problemas agrários, gerando enormes problemas urbanos e por fim, a dos estados constituintes da região que se tornam dependentes das políticas centralizadoras e perversas da União, tornando-os cada vez mais dependentes dos favores do governo, inibindo assim sua autonomia (SHISHITO e COGUETO, 2010, p. 4).

Grande parte dessa problemática se dá, talvez, pela escassez de água, proveniente da falta de estrutura para o armazenamento (Malvezzi, 2007). Para Josué de Castro, na obra *Geografia da Fome*, (1984), a política da miséria nordestina, onde o uso da água é moeda de troca, a seca se torna uma fonte de capitalização de poder, e, a partir disso, se perpetua a hegemonia do coronelismo. Para Shishito e Coguetto (2010) historicamente,

[...] esse contexto era conduzido pelo poder político de “coronéis”, provindos das oligarquias latifundiárias, que tinha como cenário político eleições duvidosas e fraudulentas e violentas disputas pelo poder que se apoiavam no discurso da seca e das políticas hídricas para garantir fundos que nem sempre eram destinados para esses fins, muitos dos investimentos nesse sentido eram revertidos para situações específicas que favoreciam a elite local (SHISHITO e COGUETO, 2010, p. 4).

Dessa forma, a miséria, através apenas da aplicação de programas sociais, sem o investimento em descentralização de poder e geração de emprego, a curto prazo funcionam como apaziguadores. Entretanto, a longo prazo, dificultam a proatividade e a auto sustentação, uma vez que não oferecem ao nordestino, em especial aos que habitam o Semiárido, subsídios para a construção de sua autonomia e subsistência gerando, assim, a indústria da seca.

2.2 O Nordeste e a indústria da seca

Andrade (1985, p. 33) afirma que “a seca é um fenômeno físico, natural que ocorre com frequência e com uma certa periodicidade. [...] Da mesma forma que ocorre no Brasil, provocando problemas e traumas também ocorre em outros continentes[...]”. Para Silva *et al.* (2016, p. 246):

[...] a falta de água do Nordeste brasileiro reflete a condição de uma região pouco desenvolvida e com problemas socioeconômicos acentuados, conhecidos desde o período da colonização. Mas a região exhibe problemas ambientais contemporâneos, também por causa da limitação hídrica, caracterizada pela ausência e escassez das chuvas [...].

Para os autores Silva *et al.* (2016) o acesso à água é um direito capital e que necessita ser garantido. Porém, é preciso ações que busquem condições voltadas

para solucionar o problema da seca na região, a partir de políticas de convivência com o semiárido.

De forma análoga, Correia de Andrade ressalta que os problemas na Região Nordeste não são apenas solucionados com a presença da água, quando afirma que

A água é necessária, mas sozinha não resolve os problemas fundamentais da população, sobretudo porque ela vai ser usufruída pela minoria que detém o poder político e econômico. A construção de grandes açudes e de canais de irrigação, ao invés de contribuir para distribuir as oportunidades de trabalho e renda, vem contribuindo, isto sim, para beneficiar as grandes empresas agrícolas e agroindustriais, concentrando ainda mais a renda em poucas mãos e empobrecendo a grande massa da população (ANDRADE, 1985, p. 8).

Correia de Andrade (1985, p. 8) diz, ainda, que “a interferência do poder político é feita muito mais para fortalecer os grupos dominantes do que para solucionar os problemas sociais e dinamizar a oferta de trabalho às populações pobres”. Enquanto Malvezzi (2007) afirma que o principal papel da camada indústria da seca, quase sempre, é o de fortalecer o poder político e sua contribuição é a de aumentar o patrimônio da elite nordestina através da criação de grandes obras destinadas a resolver o problema da seca na região. Para Malvezzi, no cenário atual é necessário conservar o mito da seca para que se repitam obras que movimentam grandes investimentos, perpetuando o fortalecimento do poder político local. Afinal,

[...] o grande problema do Nordeste não é a seca, mas a pobreza, tanto no meio rural como no urbano. A pobreza é inicialmente consequência da centralização fundiária, que faz surgir o sistema latifúndio/minifúndio em que uns poucos controlam quase toda a terra apropriada e a subutilizam, dificultando o acesso à propriedade e ao uso da terra aos agricultores que a cultivaram e que contribuíram para o abastecimento regular da região (ANDRADE, 1985, p. 29-30).

[...] a seca não é o grande problema do Nordeste, mas apenas um dos seus grandes problemas, e que o Nordeste só se redimirá e se desenvolverá se houver decisões políticas que façam reformas estruturais, que quebrem o controle da propriedade da terra, da concentração de capital e do controle político (ANDRADE, 1985, p. 31).

Para Malvezzi (2007), a problemática da seca não se resume apenas na falta de água, pois, *a priori*, não há falta de água no Nordeste, o que falta são soluções,

sejam na forma de programas políticos, para resolver a má distribuição, bem como aplicabilidades que barrem as dificuldades de seu aproveitamento.

De acordo com Andrade (1985, p. 28), “mesmo nas áreas de clima semiárido existe muita água disponível que poderia ser utilizada na irrigação em benefício da população, visando produzir produtos alimentários que seriam consumidos pela população local nos anos de seca”. Levando em consideração que a seca nada mais é que o resultado da influência de vários fatores climáticos, tais como circulação de vento, correntes marinhas, topografia, dentre outros, a falta de água não acontece pela total escassez de chuvas, mas pela falta de organização e condições de armazenamento. Para Correia de Andrade “o que ocorre é que nem toda água que poderia ser captada é utilizada e que na água utilizada o é em grande parte de forma pouco apropriada. Não há uma preocupação social com o controle e o uso da água” (ANDRADE, 1985, p. 28).

Assim, de forma oportunista, a seca tem sido utilizada como troca de moeda para interesses políticos, como já afirmava Josué de Castro em 1984, ao dizer que a seca é a manutenção da pobreza na Região Nordeste, que se dá através da exploração por parte os grandes proprietários e ou latifundiários para com a classe pobre. Seja na destruição da natureza, ou na poluição dos rios, fato é que os recursos destinados ao combate à pobreza da região, tem apenas favorecido o fenômeno designado de "a indústria da seca".

Dessa forma, para acabar com essa problemática é preciso que os governantes e a população suprimam a ideia de que a seca é a grande responsável pelos problemas enfrentados na região, partindo da concepção de que a seca nada mais é que um fenômeno natural, e a erradicação dos problemas causados pela falta de chuva carecem apenas de programas sérios, sem fins eleitorais, e realmente destinados a reorganizar social e economicamente o Nordeste.

2.3 Políticas de combate à seca: DNOCS, SUDENE, CODEVASF e transposição do Rio São Francisco

Para amenizar os problemas da Região Nordeste em relação a seca e a fome, um dos primeiros grandes programas destinados a ajudar a região a sair da pobreza, foi a criação da autarquia DNOCS (Departamento Nacional de Obras

Contra as Secas), órgão regional com o objetivo de auxiliar na problemática das secas no semiárido,

Criado sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas - IOCS através do Decreto 7.619 de 21 de outubro de 1909 editado pelo então Presidente Nilo Peçanha, foi o primeiro órgão a estudar a problemática do semi-árido. O DNOCS recebeu ainda em 1919 (Decreto 13.687), o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS antes de assumir sua denominação atual, que lhe foi conferida em 1945 (Decreto-Lei 8.846, de 28/12/1945), vindo a ser transformado em autarquia federal, através da Lei nº 4229, de 01/06/1963.

Sendo, de 1909 até por volta de 1959, praticamente, a única agência governamental federal executora de obras de engenharia na região, fez de tudo. Construiu açudes, estradas, pontes, portos, ferrovias, hospitais e campos de pouso, implantou redes de energia elétrica e telegráficas, usinas hidrelétricas [...] (BRASIL, 2018, P. 4).

Até a criação da SUDENE, o DNOCS foi o único programa responsável pelo socorro à população flagelada. Apesar da aparente grandiosidade, o problema nordestino não foi aplacado.

Com a seca, a falta de infraestrutura e o êxodo para a Região Sul, surge a necessidade de se estabelecer a “segurança nacional” em decorrência do antagonismo entre as classes trabalhadoras das regiões Nordeste e Centro-Sul pelos conflitos de classes, com a finalidade de não comprometer a expansão do capitalismo no Brasil, é criada a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), em 1959 com autonomia conferida para buscar a resolução desses conflitos em vista o desenvolvimento da economia nacional (OLIVEIRA, 1981).

A SUDENE veio para amenizar os problemas da Região Nordeste, como falta de emprego e água, onde o governo se via obrigado a encontrar meios de reorganizar a política nacional, de forma a favorecer, tanto a oligarquia nordestina, como a do Centro-Sul. E, como na Região Nordeste, que o que tinha a oferecer era mão de obra, uma vez que a grande maioria da população era analfabeta e vivendo na pobreza, a opção governamental foi optar pela implantação de grandes obras (MALVEZZI, 2007; OLIVEIRA 1981).

Assim, surge então a SUDENE, fundada em 1959, no governo de Juscelino Kubitschek, com o intuito de desenvolver o Nordeste, em especial, o Semiárido. A SUDENE teve como grande objetivo promover a industrialização, e

consequentemente superar os problemas agrícolas, agravados pela seca (MALVEZZI, 2007, p. 68).

Todavia, Oliveira (1981), diz que a SUDENE não pode ser caracterizada como uma forma de intervenção em promoção do desenvolvimento e melhorias da Região Nordeste, pois as suas ações de planejamento constituíram, em realidade, mecanismos que possibilitaram a degradação do cenário econômico da Região Nordeste dentro do conceito econômico nacional no movimento que levaria à integração econômica das regiões nacionalmente. Dessa forma,

[...] a SUDENE surgiria como um arcabouço institucional, uma ação compensatória do Estado brasileira para remediar as disparidades que a acelerada modernização do Centro-Sul impunha. Seu primeiro plano diretor visava primeiramente promover o desenvolvimento da região, através de uma política de fomento a industrialização, como forma de substituir a economia agroexportadora por um novo polo dinâmico representado pelas atividades industriais modernas. Dentro dessa nova estratégia, era necessário centrar os estímulos governamentais (incentivos fiscais e investimentos diretos do Estado) em investimentos dirigidos aos setores de base da estrutura industrial (principalmente siderúrgicas), procurara passar esse dinamismo para outros setores industriais (SHISHITO e COGUETO, 2010, p. 5).

Para Francisco de Oliveira (1981), o propósito da SUDENE era promover o desenvolvimento regional pelo planejamento e, essencialmente, resolver os conflitos de classe, porém a prática se revelou de maneira contrária, pois a maioria das empresas que na região se instalaram eram estrangeiras que utilizavam os recursos materiais e de pessoas para fins privados fazendo com que a burguesia industrial nordestina pagasse um preço muito custoso, sendo jogada ao lixo da história considerando que os interesses dos estrangeiros extrapolavam a força da região e suplantando os interesses locais de desenvolvimento regional.

Iná Elias de Castro (1992) *apud* Shishito e Coguetto (2010, p. 5) aponta que,

Apesar de inclusões discutíveis, como a dos municípios do norte de Minas Gerais e do próprio Maranhão, a nova divisão regional, na realidade, não inovou muito, pelo contrário, institucionalizou e legitimou uma luta regional sub-reptícia e antiga, conduzida pelas oligarquias açucareira, algodoeiro e pecuária. Afinal é domínio comum a percepção do Nordeste da SUDENE como uma criação artificial. Os seus contornos podem até ser, mas a sua essência indica um caráter bem mais regionalista do que uma mera

manipulação de um poder centralizado e distanciado da realidade regional.

Contudo, “[...] o golpe militar de 64 o Brasil passa por uma mudança brusca no que diz respeito a sua política em relação às áreas periféricas e assim a SUDENE perde substancialmente sua forma de atuação”. (SHISHITO e COGUETO, 2010, p. 6). Assim, ao longo do tempo a SUDENE foi perdendo força e com seu enfraquecimento, foi extinta. Apesar de ter contribuído com algumas obras, a questão regional do Nordeste continuaria ainda latente, e mais uma vez, o combate à seca não vingou.

Outra opção criada com a pretensão de reorganizar economicamente a Região Nordeste foi a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), em 1946, conforme disposições transitórias onde se previam estudos para o desenvolvimento da região do Rio São Francisco, conforme Constituição Federal de 1946. Mas, somente em 1948, através da Lei Nº 541, de 15 de dezembro de 1948, é que foi constituída a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF). Porém, apenas em 1974, através da Lei Nº 6.088, de 16 de julho de 1974, foi que de fato criou-se a CODEVASF, uma autarquia vinculada ao Ministério da Integração Nacional. De acordo com o *site* da CODEVASF,

A Codevasf é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional que promove o desenvolvimento e a revitalização das bacias dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim com a utilização sustentável dos recursos naturais e estruturação de atividades produtivas para a inclusão econômica e social. [...] Além disso, a Codevasf contribui para o fortalecimento dos arranjos produtivos locais em comunidades rurais, especialmente em áreas tradicionalmente afetadas por longas estiagens, promovendo a inclusão produtiva de famílias por meio do fomento a atividades como apicultura, piscicultura, maricultura, ovinocaprinocultura, cajucultura, entre outras (BRASIL, 2014, p. 1).

Concebida para ajudar o Governo Federal a contornar a crise da seca e da falta de frentes de serviços na Região Nordeste, a CODEVASF tem, indubitavelmente, beneficiado somente a um pequeno e seleto grupo de empresários atuantes na área de irrigação às margens do Rio São Francisco, por toda a região, cumprindo de forma antagônica o que está disposto no documento de apresentação e proposta da empresa, ao afirmar que:

A empresa mobiliza investimentos públicos para a construção de obras de infraestrutura, particularmente para a implantação de projetos de irrigação e de aproveitamento racional dos recursos hídricos. É reconhecida principalmente pela implantação de polos de irrigação, a exemplo do Polo Petrolina–Juazeiro (BRASIL, 2014, p. 1).

Vale destacar que, em suas ações, constam programas para revitalização, desenvolvimento territorial, irrigação, construção de barragens, entretanto, seu campo de atuação é basicamente o da construção de infraestrutura física para dar suporte ao desenvolvimento da agricultura irrigada, assim, sua atuação principal está relacionada às áreas que ficam nas margens do Rio São Francisco.

Falar da Região Nordeste é falar também do Rio São Francisco, tão grande é sua importância para o povo nordestino. E, nos dias atuais, falar em São Francisco é falar sobre transposição.

Historicamente, os primeiros registros de estudos sobre a transposição do Rio São Francisco datam de 1856, no governo de Dom Pedro II (RIBEIRO, 2010). E, mais uma vez, a história se repete, com mais um programa e, assim, mais uma tentativa de resolver a problemática da seca pela falta de distribuição de água, e com isso, mais uma indústria surge no campo político para alimentar a indústria da seca. *A priori*, o programa de transposição do Rio São Francisco, segundo Ministério da Integração (2018), é uma obra que se justifica pelo fato de que no Nordeste se concentra 28% da população brasileira, sendo que há apenas 3% da disponibilidade de água do País, e como o Rio São Francisco detém 70% da água ofertada na região, espaço que historicamente vive submetido a ciclos de seca rigorosos, assim, a integração das bacias do São Francisco representa um importante reforço para apaziguar o sofrimento da população, contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento do Semiárido.

De acordo com Ministério da Integração,

O Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) é a maior obra de infraestrutura hídrica do País, dentro da Política Nacional de Recursos Hídricos. Com 477 quilômetros de extensão em dois eixos (Leste e Norte), o empreendimento vai garantir a segurança hídrica de 12 milhões de pessoas em 390 municípios nos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, onde a estiagem é frequente (BRASIL, 2018, p.4).

No entanto, Malvezzi (2007, p. 40) diz que “é preciso ficar claro: a transposição não foi concebida para saciar a sede de pessoas e animais [...]”. Dessa forma, apesar de a transposição do Rio São Francisco ser um projeto grandioso, baseado na promessa de solucionar o grande problema que afeta a Região Semiárida do Nordeste que é a falta de água, na verdade é apenas mais um projeto que busca alimentar a indústria da seca, beneficiando grandes latifundiários, sem uma estrutura de atendimento voltada para os pequenos produtores, em consequência disso, não há nada a oferecer para a diminuição da pobreza do povo.

Todavia, o programa que tem como meta a ideia de que o Rio precisa ser transposto para saciar a sede de pessoas nos estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, porém, na prática, vem alimentando o agronegócio, favorecendo a latifundiários, afirmando que seu papel vai ser o de “alimentar a indústria da irrigação voltada para a exportação” (MALVEZZI, 2007, p.40). Sem contar que além de não resolver o problema da seca da região, a transposição tende a acarretar em problemas ambientais e agravar mais ainda as questões socioeconômicas na Região Nordeste com a falta de garantias de subsistência do Rio São Francisco que vem morrendo lentamente com o desaparecimento de nascentes que o alimentam.

3 NORDESTE: COMBATE A VISÃO ESTEREOTIPADA SOBRE A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Dados do IBGE (2010) dizem que o PIB⁶ da Região Nordeste, nos últimos dez anos, é o que mais vem crescendo, apresentando um crescimento superior à média do país. Contudo, apesar de muito se falar e escrever sobre a Região Nordeste, na maioria das vezes, de forma equivocada e até errônea, quase sempre a região é retratada como uma área de terra seca, rachada e improdutiva, onde mora uma população miserável. Essas são informações muitas vezes difundidas através de autores de cunho científico. Para Roberto Marinho,

Geralmente, os diagnósticos e as proposições têm como referência imagens historicamente construídas sobre um espaço-problema, terra das secas, região de fome e da miséria, explicação do atraso econômico e das disparidades regionais. Essas imagens são fruto de julgamentos superficiais sobre a realidade do Semiárido e dos interesses políticos das elites locais que explicavam a miséria, a fome e o atraso como produtos de condições naturais adversas, do clima, da terra e da formação de sua gente (SILVA, 2013, p. 01).

Há sempre um discurso em torno da carência e necessidade de atenção, associando a questão semiárida à pobreza e à ignorância. Historicamente, a literatura, seja ela qual for, institucionaliza a seca como sendo um instrumento de desgraças e flagelos, conforme afirmado por Silva (2007) quando:

Na literatura, na dramaturgia, na música e nas artes plásticas do início do século XX, o tema da seca também apareceu como um fenômeno relacionado aos desastres sociais e morais, uma fatalidade que desorganizava o modo de vida das famílias e da sociedade, sendo responsabilizada pelos conflitos sociais na região (SILVA, 2013, p. 01).

Levando em conta que falar da Região Nordeste é falar sobre o Semiárido, visto que um está associado ao outro, é preciso compreender que o Nordeste não é definido somente como seca, o Nordeste não é apenas problemas, nem tão pouco o Semiárido. Como diz o professor Malvezzi (2007), falar que a Região Semiárida é seca parece contraditório, considerando que o Semiárido brasileiro é o mais chuvoso do planeta. Designar para essa região o *status quo* de que o grande problema é a

⁶ Produto Interno Bruto

falta de chuva, não condiz com a verdade, pois, o problema do Nordeste não é a seca, mas a falta de estrutura para o armazenamento a água. Todavia, para a mídia existem dois nordestes: o retratado através do Semiárido; e o Nordeste que possui um litoral paradisíaco, onde a beleza das belas praias traz consigo a ideia de luxo e riqueza, não importando se essa praia esteja no litoral Semiárido, ou no litoral da Zona da Mata.

E, como a Região Nordeste, é relativamente jovem, pois surgiu no século XX, a partir de questões políticas e econômicas das elites locais, as quais geraram conflitos e tensões inter-regionais, conforme diz Albuquerque Jr., (2007/2011), essa região traz, desde a “invenção”, um sentimento e um discurso regionalista. Para Albuquerque Jr.,

Essa designação Nordeste para nomear uma região específica do país, [...] só vai surgir, no entanto, muito recentemente, na década de 10 do século XX. Antes, a divisão regional do Brasil se fazia apenas entre norte, que abrangia todo o atual nordeste e toda a amazona e o sul que abarcava toda a parte do Brasil que ficava abaixo do estado da Bahia.

[...]

O sentimento, as práticas e os discursos regionalistas que irão dar origem à região que conhecemos, hoje, como Nordeste, emergiram entre as elites ligadas às atividades agrícolas e agrárias tradicionais, como a produção do açúcar, do algodão, ou ligadas à pecuária, [...] no final do século XIX (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 90)

E assim, rotulada como uma região problemática, em decorrência das dificuldades econômicas provindas de obstáculos políticos, o Nordeste brasileiro tem sido visto como uma região problema, marcada por ideais regionalistas e caracterizada pelo preconceito da origem geográfica, dando margem a uma visão estereotipada e pré-concebida, a qual direciona o Nordeste ao passado, atribuindo-lhe a imagem de uma região que vive sob a sombra da violência e do atraso, desde quando ela foi inventada, crítica que Albuquerque Júnior (2011), em sua obra “A Invenção do Nordeste” vem falar sobre quando e como a Região se formou, onde o autor contextualizará o seu surgimento e os horrores do flagelo sertanejo, na busca compor o retrato de uma região abandonada e, portanto, marginalizada pelo poder público.

Dessa forma, Albuquerque Jr. (2007), atenta em sua obra para as questões discursivas que reproduzem um dispositivo de poder que reserva ao nordestino, em

geral, a condição de pedinte lamuriento, onde este tem prazer em se mostrar como um pobre coitado. Ainda de acordo com Albuquerque Jr. (2007, p. 89), “ao nordestino ainda estão vinculados outros tipos sociais vistos com certo desprezo, com comiseração ou com medo, como: o retirante, o flagelado, o migrante, o pau-de-arara, o arigó, entre outros”. Essa imagem enraizada na figura do nordestino traduz-se em um preconceito marcado pelo fato de pertencer a uma determinada região, o que acaba por produzir uma dicotomia regional que, a grosso modo, tem acontecido devido à forma como a mídia (literária ou jornalística) vem ao longo do tempo retratando a região.

Nessa dualidade, sobre a relação imposta pela necessidade das dificuldades decorrentes em prol da carência de recursos naturais *versus* a falta de uma política social, onde os programas e os projetos governamentais não ajudam para a reestruturação nordestina, emerge uma descaracterização regional, dando lugar a construção do preconceito em prol da imagem da Região Nordeste, atribuindo-lhe a ideia de um lugar de desalento e miséria e, ainda, necessitando ser urbanizado. É essa imagem, que, segundo Albuquerque Jr. (2011), vem sendo fortemente construída desde que o Nordeste foi “inventado”, lá pelo começo do século XX, através de diversos gêneros discursivos. Essas representações contribuíram para disseminar uma imagem negativa da Região Nordeste.

Com isso, nessa multiplicidade de imagens há uma descaracterização regional em detrimento da caracterização midiática sobre o Semiárido, que busca atribuir ao Nordeste a imagem pejorativa de que essa é tão somente uma região pobre e hostil, e, desse modo, permeia-se um discurso em relação a necessidade da mobilização político social, a partir da elite intelectual, que proseia em torno do melhoramento do uso e da aplicabilidade dos recursos naturais para a subsistência e convivência com as carências climáticas da região, simplesmente devido às condições geoclimáticas da parte Semiárida Nordestina, onde Malvezzi (2007) vem afirmar que:

A imagem difundida do Semiárido, como clima, sempre foi distorcida. Vendeu-se a ideia de uma Região árida, não Semiárida. É como se não chovesse, como se o solo estivesse sempre calcinado, como se as matas fossem secas e as estiagens durassem anos. As imagens de migrantes, de crianças raquíticas, do solo estorricado, dos açudes secos, dos retirantes nas estradas, dos animais mortos, da migração da Asa Branca – essas imagens estão presentes na música de Luís

Gonzaga, na pintura de Portinari, na literatura de Graciliano Ramos e na poesia de João Cabral de Mello Neto. É um ponto de vista, ao mesmo tempo, real e ideológico, que muitas vezes serve para que se atribua à natureza problemas políticos, sociais e culturais, historicamente construídos (MALVEZZI, 2007, p. 11).

Ou seja, em decorrência de estiagens prolongadas, o Nordeste é frequentemente associado a condições excepcionalmente salubridades, sendo caracterizado na maior parte do tempo como sendo uma terra ruim, de solo infértil. Contudo essa é uma construção midiática concebida a partir de uma visão limitada e pré-concebida para difundir e aprimorar meios de submissão da pobreza na região.

3.1 A imagem da Região Nordeste retratada na literatura

Apesar dos discursos sobre o sentimento de pertencimento e regionalização nordestina, frequentemente encontramos recortes jornalísticos ⁷, ensaios monográficos e livros inteiros retratando a região numa visão pessimista, onde há pobreza e a seca são a realidade local, como se toda pessoa vivente no semiárido percesse na absoluta miséria, com isso:

A cena das mulheres carregando latas d'água na cabeça e clássica. Sua estética já foi captada por muitos artistas. Caminhando esguias e retilíneas, posição forçada pelo equilíbrio da lata na cabeça, as mulheres realizam um desfile pelas estradas calcinadas do sertão. Também é o momento em que elas se encontram a sós, longe dos homens, e onde podem conversar os assuntos pessoais. O poço, a fonte, a água e o lugar do encontro do feminino, de conversas íntimas, da socialização de problemas, sonhos e desejos. No mundo inteiro, abastecer os lares com água e tarefa das mulheres de todas as idades, inclusive crianças. Há uma relação íntima entre a água e o feminino. No Semiárido, a relação não é diferente (MALVEZZI, 2007, p. 11).

Acreditamos que isso provoca uma enorme descaracterização da identidade regional, uma vez que “[...] a identidade de um povo é o resultado da identidade individual e coletiva estabelecidas pelos membros de uma mesma comunidade” (RIBEIRO, 1995, p. 131). Dessa forma, essa descaracterização acaba por fazer com que o nordestino não se veja como um povo, anulando seu sentido de pertencimento

⁷ Tanto pela mídia televisiva, como pela mídia escrita.

enquanto integrante de um determinado território, ideia xenofóbica⁸ provocada pela construção imagética da região, baseada por eventos climáticos, que em nada desqualifica o Nordeste. Porém, seja pela literatura ou pela imprensa jornalística, o fato é que nessas mídias, reside a ideia de uma região problema que se difunde sobre as necessidades socioeconômicas da Região Nordeste, as quais transformam o clima em uma desculpa para a construção imagética de uma região vitimizada, e pouco voltada para a convivência com a realidade Semiárida que, segundo Malvezzi, o segredo está em:

[...] compreender como o clima funciona e adequar-se a ele. Não se trata mais de “acabar com a seca”, mas de adaptar-se de forma inteligente. E preciso interferir no ambiente, e claro, mas respeitando as leis de um ecossistema que, embora frágil, tem riquezas surpreendentes. [...] passa pela produção e estocagem dos bens em tempos chuvosos para se viver adequadamente em tempos sem chuva. O principal bem a ser estocado é a própria água (MALVEZZI, 2007, p. 11)

Claro que dentre as regiões brasileiras, o Nordeste Semiárido é o que tem o maior número de contrastes ecológico, social, cultural e econômico, porém, amparado pelas ideias de Malvezzi (2007), a pretensão desse capítulo é discutir e (re)construir a visão estereotipada que a mídia faz sobre a região, ao questionar quem é o responsável por essa constituição imaginária de pura pobreza. Uma vez que o que se vê normalmente são:

[...] campanhas de auxílio ao Nordeste, feitas em um momento de grande crise, [que] contribuem [...] para criar uma ideia falsa da região e dos seus problemas. Há quem acredite que todo o nordeste é atingido pela seca. Não havendo na região áreas úmidas. Há quem acredite que a região é extremamente pobre em consequência das condições naturais e que a considere economicamente inviável. Há quem acredite que o Nordeste é um peso para a vida econômica da nação. [Porém], todas essas ideias são falsas e necessitam ser desmistificadas (ANDRADE, 1985, p.27)

Certo que por muito tempo o “sofrimento” da população do Nordeste, foi e ainda é cenário para filmes, ensaios, livros, recortes jornalísticos, etc, como uma

⁸ O site significados.com diz que o preconceito gerado pela xenofobia é algo controverso. Geralmente se manifesta através de ações discriminatórias e ódio por indivíduos estrangeiros. Há intolerância e aversão por aqueles que vêm de outros países ou diferentes culturas, desencadeando diversas reações entre os xenófobos.

região de pobreza e seca. Com isso, a maioria da literatura, seja impressa ou televisiva, de maneira geral, trazem personagens nordestinos colocados de modo alegórico, estereotipados e exóticos, representados como pessoas sem instrução, mal-educadas e pouco civilizadas, ou seja, são caracterizadas como pessoas ignorantes, quase sempre retratadas nas figuras dos cangaceiros, beatos, matuto ou caipira, e pau-de-arara; acarretando ao nordestino uma negatividade muito grande. Para Albuquerque,

Não tendo uma produção imagética capaz de se auto referenciar, o cinema recorrerá a imagens e enunciados cristalizados sobre o país, sobretudo pelo romance, para produzir o efeito de verossimilhança desejado, para que o público tenha referências anteriores e possa identificar de que realidade o filme está falando. Os filmes com temática nordestina, por exemplo, quando não são adaptações para o cinema de romances produzidos pela geração de trinta, buscarão nestes romances suas imagens e enunciados mais consagrados, com exceção apenas da produção de Glauber Rocha e outros filmes isolados do Cinema Novo, que procurarão criar uma imagem própria para esta região do Brasil (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 297).

São produções que buscam retratar o Nordeste, talvez nem percebam que em nada enaltecem ou acrescentam a região, ao invés disso, a partir de pressupostos imagéticos acabam por generalizar o Nordeste, assim como os nordestinos, a partir de esboços negativos através do discurso da estereotipia, onde:

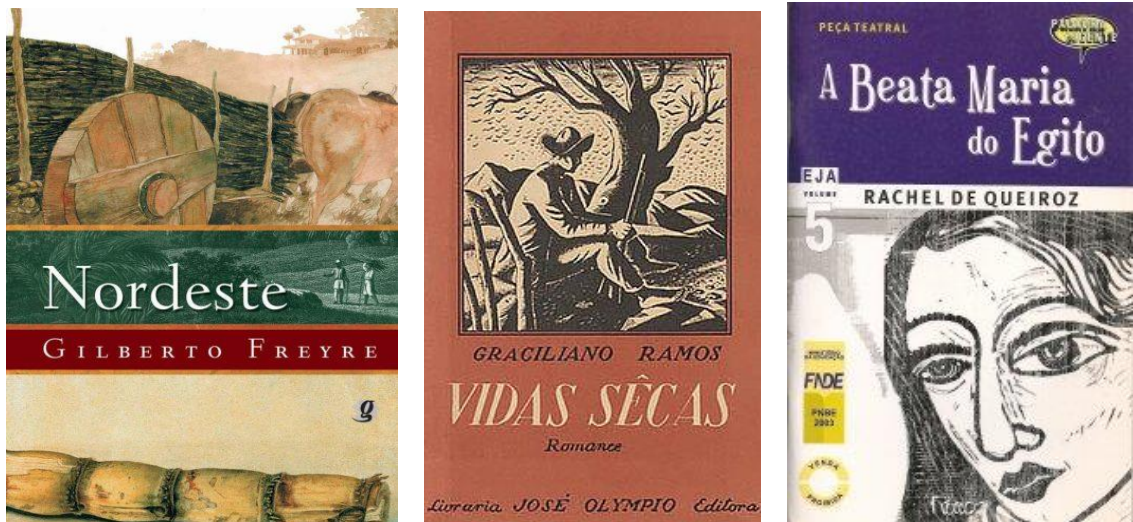
O discurso da estereotipia é um discurso assertivo, imperativo, repetitivo, caricatural. É uma fala arrogante, de quem se considera superior ou está em posição de hegemonia, uma voz segura e autossuficiente que se arroga no direito de dizer o que o outro é em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira, rápida e indiscriminada do ruído estranho; este é dito em poucas palavras, é reduzido a poucas qualidades que são ditas como sendo essenciais (ALBUQUERQUE JR, 2007. p. 13).

Ou seja, diante de algumas obras, ensaios ou recortes jornalísticos, particularidades comuns que buscam indicar um estereótipo clássico sobre a região, sendo que essas imagens insistem em retratar o nordestino como um personagem que possui um *status quo* de ignorância, quase sempre com uma conotação cômica, que vivem em cidades interioranas, ou na zona rural, ou caipiras e, embora se apresentem com pessoas de bom caráter, suas principais características revelam uma certa inferioridade intelectual.

3.2 A representação do Nordeste através da ficção literária e jornalística

E assim, a percepção de que todo nordestino passa fome está presente também em um grande número de telenovelas, de grande repercussão nacional, nas quais, o Nordeste exporta para a Região Sul/Sudeste pobres, pedintes e analfabetos, os quais, geralmente, vão para a periferia das cidades do Sul/Sudeste, por passarem fome no Nordeste, vão fazer a vida no “Sul”. Esta imagem é reafirmada historicamente, e de forma errônea, nas obras literárias de autores como Jorge Amado em Gabriela (1975), Graciliano Ramos em Vidas Secas (1938), Gilberto Freyre em Nordeste (1937), Raquel de Queiroz em a Beata Maria do Egito(1958/2005), onde aparece o retrato de um Nordeste ora aristocrata quase feudal, ora um Nordeste onde a seca e a estiagem são a causa para milhares de mortos pela fome, conforme amostra a figura 4, onde já a as capas dos livros Nordeste, Vidas Secas e A Beata Maria do Egito, apresentam a ideia imagética que as obras retratarão o Nordeste.

Figura 4 – Capa dos livros Nordeste, Vidas Secas e A Beata Maria do Egito.



Fonte: Google®, 2018.

Nessas obras os autores trabalham personagens como o senhor Coronel e/ou o pobre lamuriento, e, como pano de fundo, o sertão seco ou a zona canvieira. São em geral obras que trazem uma certa nostalgia e resistência a mudanças no cenário Nordestino, apegando-se ao saudosismo, sentimento característico dos escritores da época.

Apesar de sabermos sobre a tal da licença poética permite ao escritor romantizar a obra, há, em relação ao Nordeste, um certo exagero na construção das personagens. Exagero que pode ser constatado também, nas telenovelas onde há uma grande falta de equidade na construção das personagens, pois quando fala-se em nordestinos, na maioria das vezes, esse migra para o Sul, onde irá viver na periferia, e, quando consegue fazer alguma fortuna, carece de ter, muitas vezes, uma mesa farta de comida, para justificar a fome que o nordestino passa, texto retratado na telenovela *Senhora do Destino*, transmitida originalmente em 2004, onde a protagonista Maria do Carmo, tem a maioria das cenas gravadas ao redor da mesa, comendo desesperadamente, e entoando repetidamente o discurso de que ao chegar na Região Sudeste, se tornou rica e, portanto, precisa reunir a família para comer muito a fim de compensar a fome que passava quando residia no Nordeste. A figura 5 mostra bem a retratação desse papel.

Figura 5 – Imagens de *Senhora do Destino* (2004)



Fonte: Acervo digital Globo, 2018.

Outro aspecto atribuído ao nordestino é a fé, onde Albuquerque Jr. (2007, p. 111) diz que “o fanatismo religioso é tomado como mais um indício do atraso, inclusive mental e psicológico [...]”. Muitas obras atrelam a religiosidade à fé ao povo nordestino como um meio de escapar da vida difícil que estes vivem e, portanto, são muito suscetíveis à religião, como é o caso da telenovela *Roque Santeiro*, transmitida em rede nacional pela primeira vez no ano de 1985, onde o cenário central é a cidade fictícia de Asa Branca, lugar pitoresco, na qual os moradores vivem em função de supostos milagres de Roque Santeiro, coroinha do lugar, que

todos pensam que tinha morrido como mártir. A figura 6 mostra a caracterização dos personagens da novela.

Figura 6 – Imagens de Roque Santeiro (1985)



Fonte: Acervo digital Globo, 2018.

A referida trama vai se desenrolando sobre a ingenuidade de uns nordestinos e esperteza de outros, moldados pela falta de carácter, buscam ganhar dinheiro à custa da exploração da fé, em suma, a telenovela se apresenta como é uma sátira à exploração política e comercial da fé popular, mas mesmo com a boa intenção social, retrata no nordestino de forma pitoresca e rude, Globo (1985).

Dessa maneira, muitas telenovelas, trazem esse perfil de roteiro que reproduz, muitas outras vezes histórias bem parecidas, quase sempre atribuindo as mesmas características ao nordestino, como é o caso de Gabriela (1975), Tieta (1989), Velho Chico (2015), dentre outras, onde será comum se deparar com personagens caricatos, com gestos exagerados e quase sempre ingênuos. São obras que retratam um Nordeste Semiárido onde, somente os que dispõem de muitas posses, tais como dinheiro e propriedades, tem como sobreviver as mazelas da região.

Exemplo de telenovelas que abordaram essas questões estão na figura 7 mostra que mostra as irmãs protagonista e antagonista de Tieta, onde uma é prostituta que se deu bem no Sul e a outra uma beata que vive uma religiosidade reprimida.

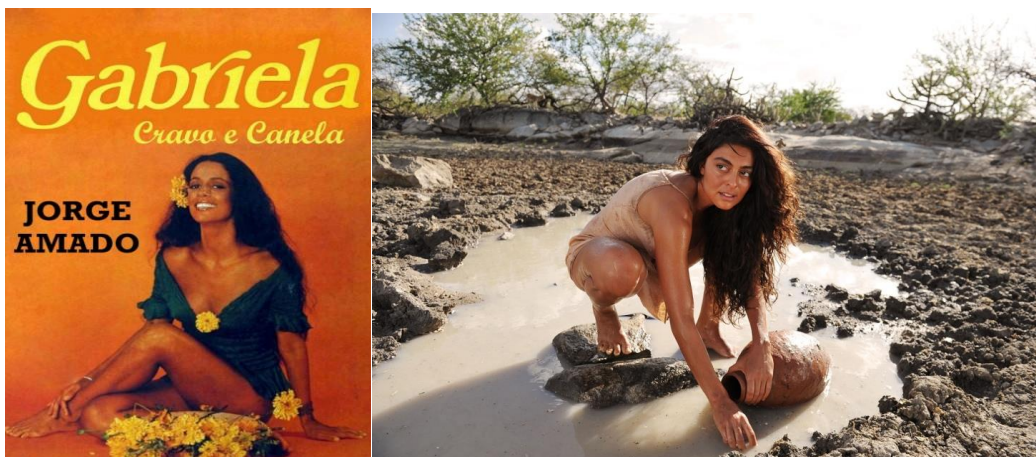
Figura 7 – Protagonista e antagonista de Tietia (1989)



Fonte: Acervo digital Globo, 2018.

São obras que trazem em sua trama a retratação de um Nordeste engraçado e pitoresco, mas se observado com atenção, há a repetição dos mesmos estereótipos. Nas figuras 8 a imagem da nordestina sensual Gabriela. Numa imagem a Gabriela de 1975, na outra a personagem do remake do ano de 2012, a mistura da beleza exótica em contraste com o chão seco do Semiárido.

Figura 8 – Imagens de Gabriela (1975 e 2012)



Fonte: Acervo digital Globo, 2018.

Recentemente outra telenovela que foi ao ar foi novela Velho Chico, ambientada no Nordeste Semiárido, na trama mais uma vez acontece a mistura ideal para a imagem estereotipada do Nordeste, onde há o coronel, a beata, o vaqueiro sofredor, moradores de casas pitorescas e rudes, onde a seca e a pobreza,

pano de fundo ideal para a estereotipação nordestina, conforme a figura 9, as personagens de Velho Chico.

Figura 9 – Imagens de Velho Chico (2015)



Fonte: Acervo digital Globo, 2018.

Ou seja, são novelas ambientadas na Região Sudeste, onde quando há a participação do nordestino, seu papel geralmente é o de pobre, sendo que raramente o nordestino é representado como um médico, professor, advogado, engenheiro, etc., uma vez que essas são profissões que necessitam de formação intelectual.

Dessa forma, rotineiramente, o nordestino é representado ocupando a função, quase sempre, como o motorista, a faxineira ou algo dessa natureza, que não requer nível de educação formação para o exercício dessa profissão.

Na telenovela Cheias de Charme, transmitida em 2012, onde há alguns personagens nordestinos na trama, a personagem secundária, (doméstica) Maria do Socorro, apresenta como características sotaque carregado, por ser uma aspirante a vilã, seu caráter lhe atribui a ideia de trapaceira e preguiçosa. Na mesma televisiva, uma das personagens principais, a vilã Chayene, cantora de brega que obteve sucesso financeiro, apresenta as mesmas características estereotipadas da personagem secundária Maria do Socorro. A figura 10 traz as antagonistas vilãs da novela.

Figura 10 – Cheias de Charme (2012)



Fonte: Acervo digital Globo, 2018.

Para reafirmar as inquietações que deram base a essa pesquisa, tem ainda, os filmes como *Eu, Tu, Eles* (2000) e *Que Horas Ela Volta?* (2015) onde essas representações imagéticas do nordestino continuam a ser construídas, recorrentemente em diversas fontes de produção simbólicas, seja na televisão ou na literatura. Em *Eu, tú, eles*, figura 11, o filme traz a personagem principal como sendo uma mulher casada com dois homens, personagens moradores da Caatinga, onde o pano de fundo é a seca.

Figura 11 – Imagens do filme *Eu, Tú e Eles* de (2000)



Fonte: Google®, 2018.

Já na figura 12, aparece a retratação da mulher do Nordeste, após migrar para a Região Sudeste, para sobreviver vai trabalhar de doméstica numa casa, que lhe oferece além de um misero salario, um lugar para dormir.

Figura 12 – Imagens do filme Que hora ela volta



Fonte: Google ®, 2018.

Na mídia jornalística, também, quase sempre há um padrão a seguir; para isso, basta observar o acervo de algumas emissoras, que em tempos de estiagem no Semiárido, aparecem reportagens como a exibida pela emissora de televisão aberta - Rede Record, onde em 16/03/2014, traz como pauta a satirização da fala do nordestino, intitulada de **Conheça o pernambucquês e fique por dentro das gírias**, ridicularizando para as demais regiões a forma como o pernambucano fala, embora que o pernambucano fala a mesma língua (Português) que o restante dos estados brasileiros. Para uma boa visualização o print da figura 10 mostra bem essa realidade.

Figura 13 – Reportagem da Record - Conheça o “pernambucquês” e fique por dentro das gírias do Nordeste. (2018)



Fonte: Record, 2018.

Outro exemplo aconteceu com o Jornal Nacional (Rede Globo), não fugindo da pauta de que o Nordeste é, na maioria das vezes, uma área de somente seca, onde a matéria, trabalha a imagem representativa da Região através de imagens onde somente há chão seco e rachado, como aconteceu em 24/05/2012, onde o Nordeste era descrito como sendo: **A região Nordeste sofre com maior estiagem dos últimos 40 anos**, ou, ainda: **Após seis anos de seca severa no Nordeste, chuva muda a paisagem** exibida em 24/04/2008.

Figura 14 – Reportagens da Rede Globo de Televisão sobre o Nordeste



Fonte: Rede Globo, 2018.

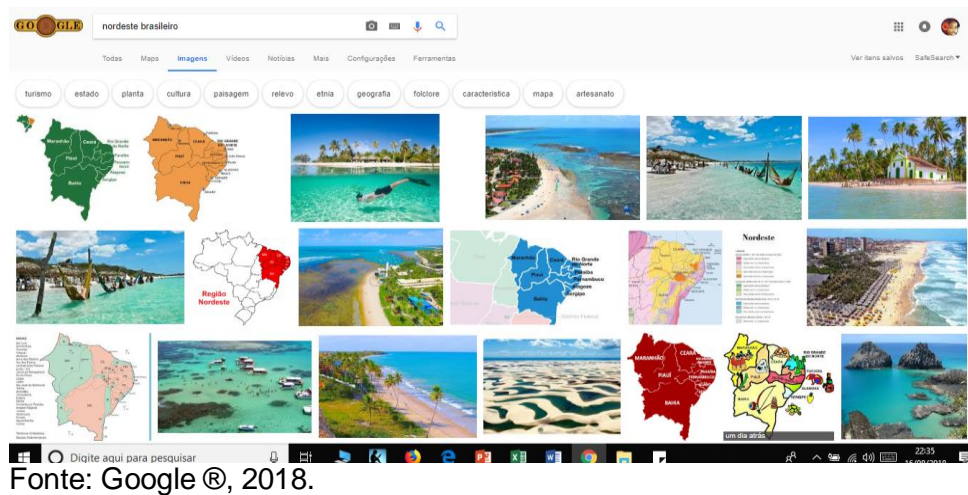
Em geral, nessas reportagens, há uma associação severa sobre uma imagem fotográfica pré-estabelecida do Semiárido onde a caatinga é sinônimo de miséria, seca e fome, associando todos os problemas da região com as questões climáticas.

Albuquerque Jr. (2007) diz que é possível perceber que essas reportagens não são feitas para descobrir um diferencial, algo inovador sobre o Nordeste, mas para reafirmar a imagem regional já estabelecida reforçando, portanto, o conceito já pré-estabelecido pelas mídias da Região Sul do país.

Para exemplificar essa visão, basta pesquisar em diretórios da rede de internet, como o *Google*®, a palavra Nordeste para se perceber a dicotomia ou ruptura na paisagem do lugar, onde as primeiras imagens refletem a luxúria da zona praieira e após isso, surgem imagens de árvores secas, carcaças de bois, chão dos açudes rachados, etc., sendo essas imagens as mais frequentes e emblemáticas no reforço da visão paupérrima socialmente para a região, o que contradiz a realidade encontrada e apontada cientificamente.

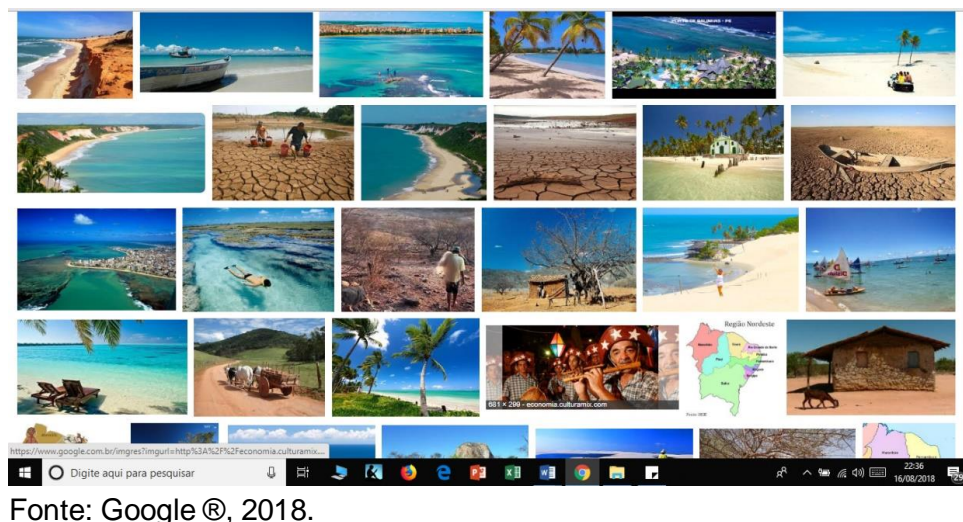
Para comprovar de vez essa dualidade regional apresentada na busca por informações acerca da Região Nordeste, as Figuras 15 e 16, a seguir, mostram as diferenças na busca inicial por informações acerca da Região. Porém, as imagens mostradas no topo da tela são de sites de empresas de turismo, que utilizam mecanismo de preferência de busca no meio eletrônico, o que explica resposta ao pesquisador, comprovadas na Figura 15, abaixo.

Figura 15 - Pesquisa no Goggle: Nordeste brasileiro (Primeira metade da tela)



Enquanto, na Figura 16, as imagens de busca, ainda na primeira tela, passam a apresentar a imagem estereotipada do Semiárido, em especial para a região do Sertão, onde a seca é colocada como imagem determinante para a visão do mundo, visto eu é um diretório de pesquisa mundial, para a Região Nordeste.

Figura 16 - Pesquisa no Goggle: Nordeste brasileiro (Segunda metade da tela)



Assim, numa simples pesquisa corriqueira, a imagem do Nordeste salta do luxo à miséria num clique apenas, onde a imagem que aparece é a retratação de uma região seca e pobre, de quase absoluta miséria, pois, o que se vê nesse buscador é a imagem da mata caatinga sempre seca, demonstrando falta de vida, e um chão rachado, dando a entender que há na região a dicotomia de dois Nordeste, um de praias e litoral e o ouro Nordeste seco.

Dessa maneira, o Nordeste, como parte de um contexto social, vem sendo construído através de produções discursivas, as quais veiculam conteúdos com diversos significados, onde essas produções consistem, muitas vezes, em textos contraditórios e inconsistentes, os quais acabam por veicular uma imagem distorcida sobre a Região, atrelando-a a conceitos como subdesenvolvimento e retratando o Nordeste a partir de velhas imagens construídas na literatura da primeira metade do século XX e persiste até a atualidade.

3.3 A difícil tarefa de reinventar o Nordeste

É a partir da problemática dos questionamentos originados no decorrer do curso de Especialização em Educação no Semiárido que surge este trabalho, ao deparar com indagações sobre a saga nordestina, em relação ao preconceito que as demais regiões brasileiras tem com a Região Nordeste e, conseqüentemente, com o nordestino. Os questionamentos que emergem dessa constroam são: Por que a Região Nordeste sofre com tanta xenofobia social? Qual a razão para tanto preconceito regional? Por que, apesar das riquezas minerais, culturais, paisagísticas e geográficas a imagem que o mundo tem da Região, principalmente na internet, televisão e algumas obras literárias, está quase sempre atrelada à fome, miséria, ignorância e atraso? E, finalmente, por que os programas e projetos emergenciais não contribuíram para o desenvolvimento da região de forma eficaz?

Com base nessas indagações, contextualizando-as com o que diz Albuquerque Jr. (2007), leva-se a acreditar que a principal causa para a formação do estereótipo nordestino está ligada ao preconceito da origem do lugar, gerando uma visão distorcida da imagem do Semiárido, imagem essa associada ao forte impacto dos políticos que controlam o poder regional, que por sua vez “[...] está estreitamente vinculado a deputados e governadores, [ligados na] essência do coronelismo – [na] obediência irrestrita do poder local [...] [onde na maioria das

vezes, essas] mudanças contemporâneas não mudaram essa lógica [...]”(MALVEZZI, 2007, p.16), fazendo assim, com que se perpetue uma visão imagética nordestina, a qual dificulta a desmistificação a cerca da região, imagem criada desde a era colonial, e intensificada desde décadas de 30 a 50, a partir de movimentos em prol da construção de frentes de serviços, concebidas para segurar o retirante nordestino, no Nordeste, evitando o êxodo desse povo para a Região Sul.

Em decorrência disso, a fotografia que estampava os jornais era e ainda é, o da seca, fome e miséria. Albuquerque Jr. (2007, p. 113) afirma que “o migrante nordestino das camadas populares, quase sempre [e] colocado em posição de inferioridade e subordinação no ambiente de trabalho e nas relações sociais [...]”, dessa forma, as falácias preconceituosas e degradantes se reproduzem pela grande mídia sobre do Nordeste.

Apesar do discurso progressista, da ideia da construção de uma identidade regional que remonte uma memória, onde as tradições religuem o homem do presente ao passado, contribuindo para o sentido de existência, que venha a intensificar o significado e o sentimento de pertencimento a um lugar, a elite governante da Região Nordeste acaba por manter, de forma subjetiva, os problemas sociais que os ajudam a se manterem no poder perpetuando, então, problemas como a defasagem agroindustrial, mantendo os grandes latifundiários sobre o domínio dos mais poderosos e, em decorrência, a concentração de renda se restringe a elite social, contudo, o que se divulga é que essas desigualdades sociais são geradas devido a fenômenos naturais geoclimáticos, Albuquerque Jr. (2011).

Diante disso, é preciso construir uma história nordestina com narrativas sobre propostas de (re)construção, (re)invenção e ou renovação da Região Nordeste, pois o que ainda se vê a olhos nus, é uma utopia política, onde a historiografia moderna se apropria e interpreta os discursos emergenciais com foco no debate do poder direcionado para a discussão em prol das grandes vulnerabilidades socioeconômicas da região sem, contudo, ajudar a (des)estereotipar o nordestino.

Isso, talvez por falta de referência onde o “regionalismo seja mais do que uma ideologia da classe dominante” (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 18), para a formação de uma identidade local, onde não haja esteriotipização com falas reprodutivas, com discursos imagéticos, a Região Nordeste possa ser retratada num panorama onde suas belezas sejam maiores que suas mazelas.

Dessa forma, com a perpetuação de um Nordeste Semiárido seco e pobre, é comum encontrar imagens depreciativas da região, que contribuem para a perpetuação da ideia de um lugar somente de seca e miséria, desconsiderando as qualidades exuberantes do Nordeste, apenas ressaltando as características depreciativas atribuindo uma significância ainda maior para o problema em detrimento dos aspectos positivos que podem ser encontrados em qualquer região, assim como os aspectos que onerem a visão do lugar. E, assim, reafirmando o discurso literário e jornalístico, a Região Nordeste continua sendo vista como o local colonizado, o espaço do caboclo, onde a discriminação discursiva e geográfica se torna a repetição do discurso da pobreza e da opressão, do fanatismo religioso, da fome e da politicagem, dando origem a uma forma de violência simbólica.

Cabe salientar que não é intenção dessa pesquisa tornar a postura das mídias ilegítimas, a problemática do discurso que está centrado no fato a mídia sempre retratar uma imagem repetitiva e caricata da região,

Devemos criticar, por exemplo, a postura da mídia, não por que não vê nossa verdadeira face, ou mostra nossa verdadeira fala, mas por ter uma postura negadora da história, da mudança, por estar presa a uma visibilidade e dizibilidade do Nordeste que faz com que venham à região sempre em busca do folclórico, da miséria, da violência, da seca, ate de cangaceiros, beatos e coronéis [...]. (ALBUQUERQUE JR. 2011, p. 353)

É pois quebrar o discurso literário regional nordestino, que Albuquerque Jr. (2007, p. 104)) vai dizer que “o teatro, a pintura, o cinema regionalista, quase sempre não conseguem fugir desta folclorização da cultura nordestina”, acaba por empoderar somente a elite local, dando margem a construção imagética de que o Nordeste é formado por uma natureza adversa, reforçando o poder político-econômico a se perpetuar no poder, construindo a ideia identitária de uma população flagelada, sofrida, assolada pelas intempéries climáticas, carecedores de um assistencialismo político com o intuito de superar mais uma crise e, assim, vão se criando condições que propiciaram a desconstituição da identidade regional, a partir de atitudes centralizadoras representadas em suas respectivas relações de controle social e poder idealizadas para a manutenção das tradições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Localizada dentro de uma área tida como de alta susceptibilidade a precipitações, a Região Nordeste é rica em sua geografia. Historicamente, essa é uma região marginalizada devido à falta de políticas públicas voltadas para a expansão econômica e social e, apesar das tentativas governamentais, através do incentivo regional com programas e projetos sociais, em prol das muitas reivindicações por parte dos segmentos sociais a reestruturação econômica da região, ainda são apenas medidas emergenciais fracassadas. O motivo do fracasso a implementação dessas políticas está evidenciado quando os projetos acabam por não atender as necessidades da região, contribuindo para a construção de falácias degradantes e, por vezes, preconceituosas em relação ao nordestino, uma vez que esses projetos são pensados e veiculados sob pressupostos políticos salvadores, onde a imagem da população é retratada como um povo que vive na mais absoluta miséria.

Assim, ao analisar a questão da construção da identidade regional do sujeito nordestino, especialmente ao que vive no Semiárido, foi possível perceber que a descaracterização da região, quando esta se encontra associada, de forma corriqueira, ao retrato da seca, da pobreza, da miséria e da fome como se esta imagem fosse a única possibilidade para o interior da Região Nordeste. Afinal, os meios de comunicação da atualidade, assim com a literatura existente, retratam um cenário com características de chão rachado, temperaturas altíssimas, ou condições extremas de sobrevivência. Entretanto, o determinismo de uma região como a Região Nordeste não pode ser aplicado desta maneira, sobremaneira subjetiva e subjugando uma área de alta capacidade de exploração econômica, visto que possui riquezas naturais presentes na região.

Porém, as características que enalteceriam a Região Nordeste são relegadas a segundo plano, quando o quadro evidente apresentado é de que a Região possui dois cenários distintos: o litoral rico, belo e aprazível; e, o interior seco e deteriorado. Esse fato proporciona ao brasileiro, que vive em outras regiões, uma construção da imagem não correspondente à realidade e, desse modo, desenvolve um olhar preconceituoso para a Região. Além disso, sob a perspectiva do conterrâneo nordestino, a diferenciação regional, atrelada às questões de inferioridade social e econômica, transferem o sentimento de descaracterização de identidade regional,

pois, de maneira natural, o sertanejo não se aceitaria e colocaria em posição desfavorável de forma submissa.

Assim, a construção imagética da região, que acaba se reproduzindo através das mídias caracterizando toda a região a condição de lugar inóspito e sem condições de vida, acaba por prejudicar o sentimento do pertencimento da região ao nordestino. A construção é considerada imagética porque não tem respaldo encontrado para tais conclusões, pois são geradas pela insistência da reprodução midiática em que não se pode sobreviver no semiárido. E, assim, a mídia televisiva, literária ou jornalística, na construção da ideia de um Nordeste problemático, influencia o cotidiano da sociedade através da literatura romancista, reportagens e principalmente na teledramaturgia, que na construção de seus enredo fazem uma análise da região retratando-a de forma marginalizada, onde o nordestino é traçado na maioria das vezes no papel do pobre, pedinte, analfabeto, parteira, beata, personagens caricatos, cômicos. Tramas que, em verdade, não representam a realidade, pois são reproduções que atendem as necessidades dos detentores do poder.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e Outras Artes**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Preconceito Contra a Origem Geográfica e de Lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007.

AMADO, Jorge. **Gabriela, cravo e canela: crônica de uma cidade do interior**. 94 ed. São Paulo: Record, 2006.

ANDRADE, Manoel Correia. **O Nordeste e a Questão Regional**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

_____. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **A SECA: Realidade e Mito**. 1ª. ed. Recife: Asa Pernambuco, 1985.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Herança de diferenciação e futuro de fragmentação**. Estudos Avançados, 11(29), USP, 1977, ISSN: 1806-9592.

BRASIL, DENOCS - REGISTROS. **Divisão de Comunicação Social**, ano 2018. Disponível em: http://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/registros.php?f_registro=2&, acesso em 03/05/2018, às 15:45h.

_____. **Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003**. Brasília, 30 de julho de 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.707.htm

_____. **Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004**. Brasília, 11 de agosto de 2004. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.933.htm

_____. **Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016**. Brasília, 13 de janeiro de 2016. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13249.htm

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2004-2007**: projeto de lei. Brasília: MP, 2003. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ppa/2004-2007/ppa-2004-2007/proposta/anexo1.PDF>

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2016-2019**. Brasília: MP, 2015. Disponível em <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-2016-2019/ppa-2016-2019-ascom-3.pdf>, acesso em 01/05/2018, às 15:30h.

_____, MI, Ministério da Integração Nacional. **CODEVASF**, Disponível em: <http://www.mi.gov.br/organograma-mi>, acesso em 04/03/2018, às 22:05h.

_____, CODEVASF. **CODEVASF**. Disponível em: <http://www2.codevasf.gov.br/empresa/DefaultPage>, acesso em 04/03/2018, às 20:15h.

CONTI, Irio Luiz e SCHROEDER, Edni Oscar. **Estratégias de Convivência com o Semiárido Brasileiro**. Irio Luiz Conti e Edni Oscar Schroeder (organizadores). Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS /REDEgenteSAN / Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS / Editora IABS, Brasília-DF, Brasil - 2013.

CORREIA, Rebert Coelho et al, **A região semiárida brasileira**. 2011. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/916891/a-regiao-semiarida-brasileira>

EMBRAPA, Região **Nordeste**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/contando-ciencia/regiao-nordeste>. Acesso em 20/03/2018, às 16:30h.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: Aspectos da Influência da Cana Sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil**. 7. ed. São Paulo, Global, 2004.

FURTADO, Celso. **Operação Nordeste**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

GERHARDT, Tatiana E. & SILVEIRA, Denise T. **Métodos de pesquisa** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** / Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

LOIOLA, Maria Iracema Bezerra, ROQUE, Alan de Araújo e OLIVEIRA, Ana Claudia Pereira de. **Caatinga: Vegetação do semiárido brasileiro**. Revista Ecologia, 4: 14-19, ano 2012. Disponível em: http://www.speco.pt/images/Artigos_Revista_Ecologia/revistaecologia_4_art_8_1.pdf

LUCENA ,Eliseu Marlônio Pereira de. **Ecossistemas do Nordeste (semiárido). Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável**. Universidade Aberta do Nordeste. 352 p.: il. Edições Demócrito Rocha. Fortaleza – CE, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia Para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PEREZ-MARIN, Aldrin Martin e SANTOS, Ana Paula Silva dos. **O SEMIÁRIDO BRASILEIRO: Riquezas, diversidades e saberes** / Aldrin Martin Perez-Marin e Ana Paula Silva dos santos, coordenadores – Campina Grande: INSA/MCTI, 2013.

QUEIROZ, Raquel de. **A Beata maria do Egito**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1989.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. São Paulo: Record, 1996.

RIBEIRO, Manoel Bomfim. **Transposição do rio São Francisco uma análise dos aspectos positivos e negativos do projeto que pretende transformar o Nordeste**. Organizador: QUINTIERE, Marcelo de Miranda Ribeiro. Curitiba, Juruá Editora, 2010.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, M. A. M., Et al. **Fatores Socioambientais Influenciados pela Seca na Conservação da Caatinga**. Revista Holos, 2016. Artigo submetido em fevereiro/2016 e aceito em julho/2016. DOI: 10.15628/holos.2016.4175

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **ENTRE DOIS PARADIGMAS: combate à seca e convivência com o semi-árido**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, jan./dez. 2003. Disponível em: www.scielo.br/pdf/se/v18n1-2/v18n1a16.pdf. Acesso em 11/06/2018, às 18:54h.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, **O Regionalismo Nordestino**. João Pessoa: EdUEPB, 2009.

SHISHITO, Anderson Akio; e COGUETO, Jaqueline Vigo. **Formação territorial da região Nordeste do Brasil: uma perspectiva espacial, ideológica e política**. Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia. 2010, Porto: Faculdade de Letras ISBN 978-972-99436-5-2 (APG); 978-972-8932-92-3 (UP-FL).

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In.: **Geografia: conceitos e temas**. CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R. L. (Org.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 79-118.

VIEIRA, Duarte A. R. Et Al. **A região Nordeste**. IESDE Brasil S.A. / Pré-vestibular / IESDE Brasil S.A. — Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008

Outras referências

Fonte: IPEA. O IPEA – Quem Somos. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1226&Itemid=68 > Acesso em 12/06/2018, às 16:34h.

Fonte: EMBRAPA. Quem somos. Disponível em < <https://www.embrapa.br/quem-somos> > Acesso em 12/06/2018, às 16:14h.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Disponível em <
<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-do-nordeste-sudene> > Acesso em 12/06/2018, às 15:30h.

<https://www.significados.com.br/xenofobia/> O que é Xenofobia?. Acesso em 27/09/2018, às 18:54h.

<https://www.significados.com.br/territorio/>. 2018. Acesso em 02/05/2018, às 15:40h.

<https://www.dicionarioinformal.com.br/polissêmico/> Acesso em 11/06/2018, às 18:57h.

<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas>. Acesso em 11/06/2018, às 18:54h.

<https://www.youtube.com/watch?v=M60Rqo1gkQs> / Acesso em 11/06/2018, às 19:10h.

<https://noticias.r7.com/domingo-espetacular/videos/domingo-espetacular-mostra-a-regiao-mais-pobre-do-brasil-no-maranhao-21022018https://globoplay.globo.com/v/6032931/> Acesso em 11/06/2018, às 22:10h.

<https://arte.folha.uol.com.br/ciencia/2018/crise-do-clima/nordeste/seca-historica-ja-dura-seis-anos-e-ameaca-tornar-se-regra-no-semiarido/> Acesso em 11/06/2018, às 20:55h.

<http://www.cnip.org.br/PFNMs> / Centro Nordestino de Informações de Plantas

<http://www.asabrasil.org.br/semiarido>

Leituras complementares

BUENO, Rovilson José; SILVA, Adelaide Pereira. **Educação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro**. In: Edneide Jesine, Maria do Socorro Xavier Batista, Orlandil de Lima Moreira (orgs). Educação Popular e Movimentos Sociais. João Pessoa – PB: Editora da UFPB, 2008.

GERHARDT, Tatiana E. & SILVEIRA, Denise T. Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MARENCO, J. A. **Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade:**

caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XXI. Brasília, DF: MMA, 2006

RESAB. Secretaria executiva. **Educação para Convivência com o Semi-árido: reflexões teórico – práticas.** 2ª edição. Juazeiro/BA: Selo Editorial – RESAB, 2006.

UFP - Universidade Federal de Pernambuco - **Ecologia e conservação da caatinga** / editores Inara R. Leal, Marcelo Tabarelli, José Maria Cardoso da Silva; prefácio de Marcos Luiz Barroso Barros. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2003.